



ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DE
HISTÓRIA ECONÓMICA
E SOCIAL

XLII ENCONTRO APHES

Livro de resumos

Book of abstracts

Trabalho e normas sociais

16 e 17 de junho de 2023
Faculdade de Letras
da Universidade do Porto



 CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

UIDB/04019/2020

 PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

www.42aphes.pt

XLII Encontro da APHES | XLII APHES Conference

Programa / Program

sexta-feira/Friday 16 de junho/June 16		
8:30h	<i>Receção/Registration</i>	
9:00h 9:30h	<i>Sessão de abertura/Opening session</i>	Anfiteatro nobre
Sessões paralelas/Parallel sessions		
9:30h 11:00h	1.A – A distinção e integração social a partir do trabalho	Sala/room – 201
	1.B – A gestão da mão-de-obra na propriedade privada e do Estado	Sala/room – 202
	1.C – Trabalho e gestão de recursos	Sala/room – 203
	1.D – Organizações laborais e conflito(s)	Sala/room – de reuniões 1
11:00h 11:30h	<i>Coffee break</i>	
11:30h 12:30h	Conferencista convidado/Keynote speaker <i>The story of work: work for historians</i> Jan Lucassen (IISH, The Netherlands)	Anfiteatro nobre
12:30h 13:00h	<i>Lançamento do livro/book launch de Jan Lucassen</i> <i>História do Trabalho. Uma nova História da Humanidade</i> Jan Lucassen (IISH, The Netherlands) Apresentação do livro/book presentation: Nuno Luís Madureira (ISCTE-IULisboa, PT)	Anfiteatro nobre
13:00h 14:15h	<i>Almoço/Lunch</i>	
Sessões paralelas/Parallel sessions		
14:15h 15:45h	2.A – Género, corpo e normas sociais na Península Ibérica I: uma perspetiva na longa duração	Sala/room – de reuniões 1
	2.B – Consumos, ofícios e monopólios	Sala/room – 201
	2.C – Pluriatividade, ecologia e recursos	Sala/room – 202
15:45h 16:15h	<i>Coffee break</i>	
Sessões paralelas/Parallel sessions		
16:15h 17:45h	3.A – Género, corpo e normas sociais na Península Ibérica II: uma perspetiva na longa duração	Sala/room – 201
	3.B – Living standards	Sala/room – de reuniões 1
	3.C – Trabalho formal e informal no século XX	Sala/room – 202
	3.D – Dinâmicas de Portugal Moderno	Sala/room – 203
17:50h	Assembleia-geral da APHES/General Assembly of APHES	Anfiteatro nobre
20:00h	<i>Jantar/Dinner</i>	Hotel Tuela (ala sul)

sábado/Saturday 17 de junho/June 17		
Sessões paralelas/Parallel sessions		
9:30h 11:00h	4.A – Administração financeira municipal: perspectivas de análise, do período moderno ao contemporâneo	Sala/room – 201
	4.B – Work and inequalities I	Sala/room – de reuniões 1
	4.C – O que são trabalhadores? Contexto e categorização	Sala/room – 202
	4.D – Trabalho e conflito – Moçambique, Angola e Ilhas	Sala/room – 203
11:00h 11:30h	<i>Coffee break</i>	
Sessões paralelas/Parallel sessions		
11:30h 13:00h	5.A – Trabalho, migrações e envelhecimento: uma perspectiva populacional a partir dos censos	Sala/room – 201
	5.B – Moral, Welfare and Work Management	Sala/room – de reuniões 1
	5.C – Quotidianos do trabalho	Sala/room – 202
13:00h 14:15h	<i>Almoço/Lunch</i>	
Sessões paralelas/Parallel sessions		
14:15h 15:45h	6.A – Trabalho e assistência na Misericórdia de Coimbra na Época Moderna	Sala/room – 201
	6.B – Work and inequalities II	Sala/room – de reuniões 1
	6.C – Mulheres e trabalho	Sala/room – 202
	6.D – Comportamentos populacionais e trabalho	Sala/room – 203
15:45h 16:15h	<i>Coffee break</i>	
16:30h	<i>Visitas guiadas</i>	

Resumos | Abstracts

1.A – A distinção e integração social a partir do trabalho – Sala/room – 201

Chair: Ana Sofia Ribeiro (CIDEHUS-UÉvora, PT)

O trabalho emergiu ao longo da história enquanto atividade duplamente essencial. Se, por um lado, sempre constituiu um meio de subsistência; por outro, pode ser perspectivado enquanto forma de integração e desenvolvimento de relações sociais, sejam elas de índole hierárquica ou não e sendo tal conotação transversal às várias classes sociais.

Com este painel pretende-se apresentar duas perspetivas distintas de integração social a partir do trabalho do final de Seiscentos ao início de Novecentos. Partimos de posicionamentos distintos, se não mesmo antagónicos: duas apresentações associadas à classe popular, referentes aos núcleos mais pobres da sociedade – as crianças abandonadas, tuteladas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa -; e outra associada àqueles que circulam em torno das principais figuras de poder da família real e aristocracia – a distribuição de honras da ordem de Santa Isabel.

Verificaremos a forma como o trabalho constituiu uma forma de integração social, para além da subsistência e, no caso particular dos expostos tutelados pela Misericórdia de Lisboa, enquanto via para uma integração que se pretendia simultaneamente familiar.

A assistência às crianças abandonadas na Roda de Lisboa: aprendizagem e trabalho. Os seus amos e mestres (1657-1768)

Maria Luísa Colen (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, PT)

Como administradora do Hospital Real de Todos-os-Santos desde 1564, a Misericórdia de Lisboa era responsável pela criação dos enjeitados acolhidos na Casa da Roda, situada no mesmo hospital, ou abandonados pela cidade e seu termo. O período em análise neste estudo corresponde ao da administração da Casa da Roda pela Mesa dos Enjeitados, ou Mesa dos Inocentes, subordinada à Mesa da Misericórdia, entre 1657 e 1768, datas da sua criação e da sua extinção. Este estudo pretende analisar os diversos destinos que tiveram as crianças abandonadas na Roda de Lisboa, debruçando-se sobre os vários modelos de criação que vigoraram na Casa da Roda de Lisboa anteriores ao alvará de 31 de janeiro de 1775, que procurou regular a criação dos enjeitados a cargo da Misericórdia de Lisboa. Os modelos adotados pela Mesa dos Enjeitados ao longo do tempo que durou a sua administração refletiram-se no destino e futura inserção das crianças na sociedade, no trabalho e na família.

Selecionando uma amostra de alguns anos ao longo deste século de atividade da Mesa dos Enjeitados, recolheremos diversos dados dos Termos de Novas Obrigações, dos registos de entradas de crianças e dos termos de entregas e pagamentos às amas de fora, existentes no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, procurando acompanhar o percurso das crianças que sobreviveram aos primeiros anos de vida e foram dados para aprender uma profissão ou a servir em oficinas de mestres e casas particulares. Será analisada ainda a tipologia diversa dos termos ou contratos com mestres e amos, o salário ou soldada que recebiam as crianças e as obrigações dos amos previstas nestes contratos e, ainda, a distribuição geográfica da residência dos amos e mestres, as suas profissões e estado civil, entre outros.

As expostas criadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: uma via para a integração social e familiar (1850-1910)

Joana Vieira Paulino (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Na segunda metade do século XIX entre 2.500 a quase 3.000 crianças eram abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição responsável pela tutela da sua criação (mediante o constantemente atrasado financiamento concelhio). Entre estes expostos estavam meninas e raparigas adolescentes que, dado o seu género, a instituição pretendia que fossem colocadas em casas de amas (para criação ou para servirem) com boa moral e conduta, evitando assim comportamentos disruptivos e a sua “entrega” à mendicidade e/ou prostituição. Um dos destinos mais comuns destas expostas era o serviço de criadagem. Este podia ser solicitado quer como forma de prolongamento da estadia da criança numa mesma família e, assim, indo ao encontro do ideal de integração simultaneamente social, mas também familiar; quer como forma de um exercício profissional, não havendo qualquer vínculo afetivo prévio entre a exposta e a família que a acolhia. Neste último caso, o percurso de vida destas menores é, frequentemente, pautado pela mobilidade entre casas, sobretudo, no contexto Lisboaeta oitocentista.

Com este estudo pretende-se abordar o percurso de vida de expostas que, em dado momento, habitaram na freguesia da Encarnação entre 1850-1910 e que acabariam por se tornar criadas. Como podemos caracterizar o seu percurso de vida desde o momento do abandono? Quantas amas as acolheram? Qual a tipologia das suas famílias? Qual o percurso que as conduziu ao serviço de criadagem? Quanto tempo serviam nestas casas? Que tipo de contrato era estabelecido? Podemos atestar a sua integração social e familiar? As fontes principais para desenvolvimento desta investigação são os Róis de Confessados da Encarnação (fonte que permite analisar o agregado de cada residência desta freguesia), os quais serão cruzados com a informação individual destas crianças constante no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (desde o momento do abandono até a instituição perder o seu rasto).

A recompensa de serviços femininos em Portugal: a real ordem de Santa Isabel (1801-1910)

Pedro Urbano (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Instituída em 1801 pela então princesa D. Carlota Joaquina (1775-1830), a Real Ordem de Santa Isabel foi inspirada na Real Ordem das Damas Nobres da Rainha Maria Luísa, criada por sua mãe, a rainha de Espanha, D. Maria Luísa de Parma (1751-1819). Na sua génese, permitiu que a sua instituidora dispusesse de um poder simbólico – o da redistribuição das honras, através da distinção social de um conjunto de senhoras, umas pertencentes à própria família real, outras de origem aristocrática, que desempenhavam funções na Casa da Rainha, como camareira-mor, donas de honor ou damas. Alicerçada em torno da figura da Rainha Santa Isabel, teve na sua génese objectivos caritativos, que foram perdendo expressão, sobretudo após a morte da sua instituidora. Este facto não ditou a extinção da ordem, tendo sido agraciadas senhoras durante o reinado de D. Miguel e posteriores. No entanto, o novo regime constitucional trouxe algumas alterações significativas - a outorga das concessões passou para as mãos do monarca, logo com D. Pedro IV, e o grupo de agraciadas alargou-se, não só em número, como em origens sociais e nacionalidades, tornando-se também um meio de estabelecimento de laços diplomáticos por excelência: membros de casas reais europeias, mulheres de diplomatas e políticos estrangeiros vão engrossar as suas fileiras.

Pretende-se reconstituir, através da análise de um conjunto alargado de fontes, algumas delas inéditas, o grupo das agraciadas e compreender a evolução da própria Ordem e das lógicas que regeram a nomeação destas mulheres, através das características que as tipificam e individualizam, contribuindo, desta forma, para uma maior compreensão da recompensa dos trabalhos femininos à coroa.

1.B – A gestão da mão-de-obra na propriedade privada e do Estado – Sala/room – 202

Chair: Carlos Manuel Faísca (CEIS20-UCoimbra, PT)

Posse e exploração da terra: o caso do Mosteiro de Santo Tirso entre o século XVI e 1834

José Araújo (UMinho, PT)

Esta comunicação pretende analisar a evolução dos prazos do Mosteiro de Santo Tirso, entre o século XVI e 1834. Durante o Antigo Regime, a enfiteuse, quer por via de contratos perpétuos (aforamentos) quer por via de contratos em vidas (emprazamentos), permitiu que uma parte significativa da população tivesse acesso à exploração da terra. A maior parte propriedade fundiária estava nas mãos da Igreja, de ordens religiosas ou militares, da coroa ou de donatários, donde resultava uma complexa teia de jurisdições territoriais. As casas monásticas exploraram indiretamente o seu património fundiário, recorrendo, para isso, à enfiteuse. Em Portugal, o estudo sobre a enfiteuse tem longa tradição (Oliveira, 1974, 1980; Mota, 2006; Neto, 1997; Durães, 2000; Santos, 2003).

Partindo do estudo sistemático dos prazos do Mosteiro beneditino de Santo Tirso, esta comunicação questiona o (em)parcelamento da propriedade entre o século XVI e 1832. O objetivo é traçar a evolução de cada uma das parcelas de terra do mosteiro, procurando perceber o uso da terra na sucessão familiar, a evolução dos foros (em géneros e em dinheiro) e a criação de novas unidades fundiárias quer por via do parcelamento, quer do emparcelamento de outras. A cronologia de largo alcance, por um lado, e o levantamento sistemático das informações dos prazos, por outro, permitirá ter uma visão de conjunto da evolução da propriedade fundiária ao longo de todo o Antigo Regime.

Os trabalhos da vindima na Quinta do Vesúvio em finais da Monarquia Constitucional

Albano Veiga Viseu (CITCEM-FLUPorto, PT)

A presente proposta de comunicação procura fazer uma abordagem histórica aos diferentes trabalhos da vindima de 1905 na Quinta do Vesúvio (Douro Superior), numa época de crise agrícola e comercial da região duriense e de mudanças na gestão da quinta e nas dinâmicas aportadas pelo comboio da Linha do Douro. Tem por objetivos: caracterizar os vários tipos de trabalho rural desta atividade agrícola e o apoio prestado pela forja da quinta e pelo serviço de gados; indicar a mão de obra contratada para o desempenho de funções e para a realização dos serviços, bem como identificar normas e orientações que regularizaram o relacionamento social e o funcionamento da quinta, nomeadamente a prestação de serviços e resultados da produção; analisar as despesas com a preparação, pagamento de salários, “pensos”, alimentação, suprimento de necessidades e as receitas apuradas com as uvas, vinho, aguardente e outros serviços. Visa ainda referir como a crise agrícola e comercial afetava a região duriense e interferiu com a produção da Quinta do Vesúvio e as mudanças que o filho de Dona Antónia Ferreira introduziu, aproveitando as vantagens proporcionadas pelo comboio da Linha do Douro sobre as atividades da quinta e sua produção.

Foi utilizada a metodologia de pesquisa documental em fontes diretas e investigação histórica, apoiada quer em elementos e dados recolhidos em arquivos, quer em bibliografia específica e especializada da área de estudo. Poderá concluir-se que as diferentes tarefas e vários trabalhos da vindima na Quinta do Vesúvio (vindimar, transportar as uvas para o lagar, pisar, produzir o vinho, envasilhar, aproveitar as borras e o bagaço e obter a aguardente) obedeceram a normas e orientações que acabaram por interferir com a prestação de serviços e os resultados da produção. A crise vitivinícola nacional que afetava a região fez-se sentir nesta

quinta, não apenas em relação ao número de dias de execução dos serviços, mas também na quantidade de trabalhadores contratados e nos gastos com o trabalho e alimentação. As normas governamentais adotadas, para além de outras medidas, tentaram conter as várias comissões de defesa e agitação social e atender às reivindicações de proprietários e trabalhadores.

História do trabalho Florestal: o caso dos assalariados na arborização dos baldios (1938-1968)

Paulo Vasconcelos (CITCEM-FLUPorto, PT)

A transição de uma agricultura montanhosa para uma agricultura baseada na mão-de-obra assalariada ocorre num contexto histórico preciso na contemporaneidade portuguesa e implicou uma profunda transformação na economia e sociedade dos povos serranos. No séc. XVIII, diversos autores se pronunciam a favor do individualismo agrário e contra as práticas comunitárias, como os usos dos baldios, nas quais existiam relações de produção pré-capitalistas na agricultura. No século XIX, intensificam-se essas posições desfavoráveis à existência de terrenos de uso comunitário, exigindo a supressão de formas coletivas de propriedade e um enquadramento legislativo que promove as leis de desamortização, a extinção do morgadio e a supressão do compáscuo. Esses baldios, que eram utilizados essencialmente pelas populações para a roça do mato, a apascentação do gado, a exploração agrícola, a utilização de madeiras e fabrico de carvão, foram a base das políticas de arborização do Plano de Povoamento Florestal (PPF).

Nesta comunicação, temos como principal objetivo analisar a evolução do trabalho e a respetiva conjuntura das relações sociais, tendo como delimitação espacial os territórios baldios nos perímetros florestais pertencentes ao Parque Nacional da Peneda Gerês. Procuraremos evidenciar os impactos socioeconómicos provocados pela arborização dos baldios nas relações de trabalho e nos regimes de propriedade da terra. Remonta a 1888, o revestimento florestal no Parque Nacional, não obstante, a arborização coerciva levada a cabo pelo Estado Novo, afigura-nos como um ponto de consumação dessa transição económica, nomeadamente através da ação intensificadora de florestação dos terrenos comunitários com a elaboração do PPF.

As fontes principais a serem abordadas são principalmente o Plano de Povoamento Florestal (1938) e os Projetos de Arborização da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (1944-1965). Nestes últimos, contamos com os valores a serem pagos para a execução dos trabalhos com base na Tabela do Instituto Nacional do Trabalho, os preços simples que contemplavam o valor dos jornais e materiais. Procuraremos fazer uma comparação dos salários, com outras remunerações em outros territórios nacionais, tendo como base os dados do Instituto Nacional de Estatística e outros estudos desenvolvidos em torno deste assunto.

1.C – Trabalho e gestão de recursos – Sala/room – 203

Chair: Inês Amorim (CITCEM-FLUPorto, PT)

As dinâmicas socioprofissionais desencadeadas pela utilização dos engenhos hidráulicos em Carvalhal e Barcelinhos (Barcelos)

Fátima Silva (Casa de Sarmento/LAB2PT-UMinho, PT) | Sofia Vaz (UMinho, PT) | Filipe Salgado (Casa de Sarmento/CITCEM-FLUPorto, PT)

Os cursos de água foram, desde a antiguidade, elementos fulcrais para o estabelecimento das povoações. Estes recursos eram essenciais para fornecimento de alimentos, de água para consumo; para a irrigação das culturas numa época em que a agricultura era o principal fator de desenvolvimento e funcionavam como defesas naturais.

A água tem sido utilizada, desde a idade média, como força motriz para o acionamento de engenhos e, mais tarde, de fábricas. Dada a sua importância, tornou-se necessária a criação de regulamentação para a sua utilização. Em Portugal, para tal finalidade, foram criadas as Direções Hidráulicas em 1892, sendo atualmente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a entidade responsável pela sua gestão.

Em consulta aos processos de legalização de engenhos hidráulicos presentes nos arquivos da APA, constata-se que, no ano de 1941, o município de Barcelos contava apenas com duas fábricas de papel, uma em Barcelinhos e outra em Tamel (São Veríssimo). Considerando o carácter mais industrializado da paróquia de Barcelinhos e o aspeto rural da paróquia de Carvalhal, propomo-nos apresentar um estudo que reflita sobre a utilização das águas públicas nestas duas paróquias. Dado que, para o mesmo concelho, dispomos de uma base de dados demográfica e genealógica, o Repositório Genealógico Nacional (RGN), com levantamento das paróquias de Carvalhal e Barcelinhos (contígua), propomo-nos ainda estudar as relações socioprofissionais dos seus intervenientes.

Para este efeito, consultaremos a informação presente nos processos de obras existentes no Arquivo Histórico da Administração Hidrográfica do Norte/APA, desde os finais do século XIX até à segunda metade do século XX. Posteriormente, cruzaremos a informação nominativa recolhida, com a informação presente no RGN relativa aos indivíduos requerentes de obras relacionadas com engenhos hidráulicos, nestas paróquias. Pretendemos desenvolver um trabalho que permita analisar as alianças matrimoniais estabelecidas, conducentes ao aumento do seu património, e compreender as estratégias socioprofissionais adotadas.

Tennessee Valley Authority (EUA): produção de energia e dinâmica capitalista na América Latina (1930 a 1950)

Jamile Silva Silveira (CEIS20-FLUCoimbra, PT)

A intenção deste estudo é analisar a relação da experiência da Tennessee Valley Authority (TVA) dos EUA, com as políticas de energia nos países da América Latina (Brasil, México e Colômbia), da década de 1930 a 1950. A eletricidade, associada a modernização e modelos de desenvolvimento, ganhou destaque nos acordos internacionais de cooperação técnica, nos altos investimentos para a construção de empresas públicas e intervenções em grandes regiões.

Em 1933 foi criada, através do New Deal, a Tennessee Valley Authority (TVA) pelo presidente Roosevelt nos EUA. Se tratava de um grande projeto de intervenção na região mais pobre do país, banhada pelo rio Tennessee, uma das maiores bacias hidrográficas dos EUA, com impacto previsto nos aspectos geográficos, económicos e sociais. Destaco nesta iniciativa, a criação de um novo conceito regional - a bacia do rio como unidade integral, através de um amplo planeamento para o desenvolvimento da área efetivado por uma agência governamental que tinha uma responsabilidade especial, nem nacional nem estadual, mas sim de toda uma região: O Tennessee Valley.

O Vale do São Francisco no Brasil, bastante estudado no século XIX por conta da Cachoeira de Paulo Afonso e possibilidades de exploração, é aproximado nos discursos de parlamentares e do Ministro da Agricultura do Governo Getúlio Vargas do projeto da TVA. A ideia era transformar o Vale do São Francisco no Vale do Tennessee. Do início dos anos 1940 a meados da década dos 1950, a política externa estadunidense

influenciou o setor de energia brasileiro por intermédio das Missões Cooke (1942), Abbink (1948) e Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1952).

Na análise, utilizei os trabalhos de David Ekblath (2010), Amy Offner (2019) e Diana Montaña (2021), para compreensão de projetos latino-americanos que, em alguma medida, tinha o propósito de consolidar novos padrões socioculturais, fortalecer setores industriais/agrícolas, desenvolver bens consumo, ampliar o mercado de consumo doméstico e, do mesmo modo, difundir o processo de mecanização das práticas agrícolas.

O impacto social da pesca do atum em Tavira nas últimas campanhas (1960-71)

João Matos (CIDEHUS-UÉvora, PT)

A partir de meados do século XIX surgiram no concelho de Tavira três armações de pesca para dar resposta à grande necessidade de obtenção de atum para a indústria conserveira que se desenvolvia na região, a Armação da Abóbora, a Armação dos Três Irmãos e a Armação do Medo das Cascas. Todas elas construídas nos ilhéus arenosos da Ria Formosa, este último foi destruído em 1941 por uma tempestade, tendo sido construída uma nova infraestrutura de apoio à pesca numa zona mais recuada e protegida, o Arraial Ferreira Neto.

As campanhas de pesca, que decorriam entre Abril e Setembro, de acordo com as rotas migratórias dos atuns, terminaram em 1971 quando no Arraial, última armação em funcionamento, foi capturado apenas um espécime de atum.

Esta atividade económica era o sustento de várias famílias, que ao longo da campanha de pesca habitavam dentro da armação e durante o resto do ano regressavam às suas atividades. Com a consulta do arquivo municipal e a obtenção de dois testemunhos, filhos de um dos últimos armadores do Arraial Ferreira Neto, esta apresentação procura apresentar o impacto que o trabalho nesta companhia de pesca teve no desenvolvimento económico e social de uma região portuguesa fortemente dependente dos seus recursos marinhos. Serão também apresentadas fotografias inéditas de algumas das armações referidas que permitirão entender melhor como era viver e trabalhar nesta atividade.

1.D – Organizações laborais e conflito(s) – Sala/room – de reuniões 1

Chair: José Matos Carvalho (CBS/ISCAC-IPCoimbra, PT)

Corporativismo e transformações laborais: o caso do Grémio de Industriais dos Bordados da Madeira

Luísa Cristina Gonçalves Fernandes (NOVA-FCSH, UNLisboa, PT)

De braços dados com a evolução da história da Ilha, a indústria de bordados da Madeira foi-se adaptando às mais variadas situações e crises que, em determinados momentos, colocaram em risco aquela que tem sido, durante várias décadas, uma das principais indústrias madeirenses.

A quebra da pujança económica do vinho madeirense, na primeira metade do século XIX, conduziu a um priorizar de indústrias domésticas madeirenses, tais como a da doçaria e a dos bordados, que passam a contar com uma maior afluência de trabalhadores. A partir de então, a atividade de bordar não só garantia o magro – porém indispensável – sustento de cada casa, como também começou a representar um elemento

significante para a economia regional. É nesta conjuntura que se afirma a indústria de bordados da Madeira. A intervenção estrangeira no setor, por exportadores especializados no comércio, levou a um aproveitamento comercial desta atividade que, rapidamente, se assumiu como altamente rentável em termos económicos – destaca-se a interferência alemã, correspondente à total remodelação da estrutura de comercialização, mais concretamente à passagem do processo artesanal para o industrial e à criação das primeiras fábricas/casas de bordados. Mais tarde, a inserção da indústria em moldes corporativos, com a criação do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira (1935), na qualidade de mecanismo contra a crise, vem alterar completamente o seu funcionamento, no sentido de regular, fiscalizar e proteger o setor. Aqueles que lhe eram afetos – empregados, operárias e bordadeiras – acompanharam, de igual modo, as mudanças que se foram processando, desde a prestação de assistência social, à concessão de aumento salariais.

Posto isto, a presente proposta de comunicação tem como objetivo explorar as várias transformações laborais, ocorridas ao longo do tempo, no seio desta indústria, dando maior ênfase ao período da vigência do Grémio, visando a análise de uma experiência concreta, local, da aplicação do modelo corporativo a um setor específico. Que tipo de mudanças ocorreram? Em que momentos? Foram fulcrais para a continuidade do Bordado Madeira? De que modo o corporativismo influenciou a perceção laboral, neste caso em particular? Que condições de vida e de trabalho tinham os elementos associados a esta indústria?

As greves operárias durante a I República: os casos de Braga, Porto e Lisboa

Débora Val (UMinho, PT)

Em Portugal, o estudo do movimento operário começou a ser realizado tardiamente, ao contrário do que sucedeu em outros países. Nos últimos anos, o estudo do movimento operário tem tido um novo fôlego, com a realização de vários congressos e teses de mestrado e doutoramento sobre o tema.

Uma das razões que levou o operariado a apoiar os republicanos na instauração do novo regime foi a promessa de melhores condições de vida. A mudança de regime não melhorou as condições dos operários, o que explica as suas constantes reivindicações. O salário e o horário de trabalho foram as questões que mais preocuparam o operariado.

A greve era o principal meio de luta do proletariado, sendo vista como uma “consequência lógica do mal-estar que dia a dia se agravava”. De facto, o que mais movia o operariado eram as suas precárias condições de vida, o que justificava o elevado número de greves por aumento salarial.

O elevado número de greves por aumento salarial prova que o operariado lutava principalmente por questões materiais: o que, de resto, não melhorava substancialmente as suas condições económicas, uma vez que os aumentos salariais conseguidos não acompanhavam a carestia de vida. As greves por aumento salarial chegariam mesmo a ser consideradas supérfluas, precisamente por não melhorarem, a curto ou a longo prazo, a vida dos operários, sendo “estéreis em resultados efetivos”. O facto de o operariado movimentar-se pela melhoria das suas condições de vida não o impedia de lutar moralmente, como era o caso das greves de solidariedade, por exemplo.

O nosso objetivo, nesta comunicação, é mostrar até que ponto as greves operárias foram eficazes (e as razões por que o foram ou não), bem como explicar as semelhanças e as diferenças dessas greves em Braga, Porto e Lisboa, uma vez que o movimento operário não era uniforme em todo o país.

Movimento operário, Sindicatos e Alterações Climáticas na Península Ibérica

João Garra (CES-FEUCoimbra, PT)

A transição justa é vista como uma estratégia de proteção dos trabalhadores e comunidades que veem os seus meios de subsistência ameaçados por políticas de descarbonização da economia que implicam necessariamente a perda de empregos nos setores baseados no consumo de combustíveis fósseis e noutros setores poluidores. No entanto, essas políticas caracterizam-se por serem dominadas por ideias neoliberais que naturalizam a inevitabilidade da mercantilização e da financeirização das políticas de proteção climática. Isto promove o fortalecimento de atores globais, aparentemente despolitizados, nomeadamente da grande finança, na gestão da "crise climática", retirando poder aos estados-nacionais.

Huber (2022) defende que os trabalhadores possuem um poder estrutural único e histórico para perturbar o capital por dentro e obrigar a uma discussão política mais ampla e disruptiva que exija uma resposta climática centrada em políticas públicas. Assim, a classe trabalhadora organizada no movimento sindical é o ator social chave na defesa duma transição justa.

Apesar da tendência de declínio da densidade sindical (Thomas & Doerflinger, 2020), os sindicatos continuam a ser as organizações de trabalhadores com maior capacidade de resposta às transformações sociais, ambientais e laborais que representam mais de duas centenas de milhões de trabalhadores, em centenas de países (Stevis, Uzzell & Rätzzel, 2018; Hampton, 2018). Contudo, a transição "verde" liderada por uma hegemonia neoliberal obriga à redefinição das estratégias ambientais dos sindicatos e coloca em reflexão as fronteiras tradicionais da ação sindical, em todo o mundo (Rätzzel & Uzzell, 2011; Thomas & Doerflinger, 2020).

O sindicalismo terá de encontrar novas formas participativas de organização interna, menos burocrática, não vinculadas a interesses setoriais (Kalt, 2022) e acompanhar os novos desenvolvimentos tecnológicos mais eficientes que irão reconfigurar os setores de atividade mais poluentes e os seus postos de trabalho (Thomas, 2021). Para isso, os sindicatos terão de criar alianças a movimentos sociais, climáticos, ecológicos e feministas (Rätzzel & Uzzell, 2013; Kalt, 2022; Barca & Leonardi, 2018; Littig, 2018).

Neste sentido, a presente investigação pretende analisar a capacidade estratégica dos trabalhadores e dos sindicatos em desenvolverem políticas económicas de defesa de justiça social e climática, enquanto protegem os direitos do trabalho. Em particular, este trabalho de investigação pretende preencher uma lacuna na literatura sobre o papel do movimento operário e sindical da Península Ibérica, no período pós-ditaduras, enquanto geografia e economia semiperiférica europeia que irá enfrentar impactos severos das alterações climáticas nos seus territórios mais vulneráveis.

2.A – Género, corpo e normas sociais na Península Ibérica I: uma perspetiva na longa duração – Sala/*room* – de reuniões 1

Chair: Pedro Urbano (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Esta sessão pretende discutir a relação entre o lugar do corpo nas normas sociais e os papéis de género vigentes na Península Ibérica, na longa duração. O corpo é aqui entendido num espetro lato, abarcando as suas dimensões materiais e físicas, a simbologia da sua presença e a sua representação nas múltiplas esferas sociais (economia, religião, direito, trabalho, etc.). Embora existam recentes trabalhos de referência (Bermúdez e Johnson, 2018), as mulheres têm recebido pouca atenção neste campo. Sendo que as normas sociais só se tornam inteligíveis se partilhadas por um grupo ou sociedade e distinguindo comportamentos aceitáveis daqueles menos adequados (Cislaghi & Heise 2018), ao longo da história do mundo ibérico,

diferentes sistemas normativos referentes aos papéis de género foram convivendo, segundo distintos grupos sociais e condicionalismos geográficos e culturais onde homens e mulheres se movimentavam. Como tal, estas normas procuravam perpetuar distintas funções sociais para homens e mulheres.

O discurso historiográfico tem salientado o lugar marginal e excecional da mulher enquanto sujeito ativo ao longo das sociedades de Antigo Regime de matriz cristã e europeia. Por outro lado, o início do século XX surge como um momento de rutura, tendo em particular consideração o facto de evidenciar uma crítica das normas sociais impostas numa conjuntura totalmente marcada pela censura. É neste contexto de limitação das liberdades que os indivíduos desenvolvem a sua capacidade de refletir sobre mensagens subliminares em elementos aparentemente inócuos e nas possibilidades de subversão do sistema imposto, facilitando assim leituras duplas que lhes permitam fugir às normas.

Neste painel procurar-se-á compreender de que forma as normas sociais vigentes, incorporadas e construídas no seio das sociedades e instituições ibéricas, entre os séculos XIV e XX, condicionaram a ação dos indivíduos e a presença e visibilidade do corpo feminino em diferentes épocas e contextos.

O corpo da rainha e a legitimação política das monarquias ibéricas no século XIV

Lledó Ruiz Domingo (ULisboa, PT/UValencia, ES)

A rainha da Coroa de Aragão no século XIV deveria representar o modelo de mulher imperante ou, de outro modo, o ideal da dama aristocrática. Além disso, como esposa do rei, a sua principal obrigação era gerar filhos legítimos do soberano que pudessem herdar o trono e perpetuar a dinastia. A maternidade era uma ferramenta política usada pela rainha para aumentar a sua própria autoridade, mas também para a família real mostrar força, pois a linha continuaria no futuro. Na nossa comunicação, analisaremos a relação entre maternidade e legitimação política, considerando os itinerários que as rainhas realizaram desde o momento em que perceberam que estavam grávidas. O corpo da rainha grávida fazia parte da prática performativa da política da monarquia medieval e a cidade do parto foi escolhida por razões políticas. Os riscos para mulheres e pequenos príncipes poderiam ser subestimados ou ignorados, favorecendo os usos políticos do corpo feminino. Na nossa comunicação vamos centrar-nos no caso da Coroa de Aragão e compará-lo com exemplos castelhanos e portugueses da mesma cronologia.

Corpos, espaços femininos e ficções masculinas: mulheres, poderes e normas nos séculos XVI e XVII

Catarina Monteiro (CIDEHUS-UÉvora, PT) | Mariana Meneses Muñoz (CHAM-NOVA-FCSH-Lisboa, PT)

Durante o período moderno, as mulheres não pertencentes às elites tiveram formas de circulação e relacionamento com as cidades de uma maneira diversificada, e as suas experiências e atuações foram muito diferentes daquelas das mulheres de patamares mais elevados. O trabalho, as formas de vizinhança e as opções de sobrevivência que um território como a Lisboa dos séculos XVI e XVII oferecia permitiu a intervenção das autoridades civis e eclesiásticas nos espaços femininos que estavam 'fora' do âmbito íntimo, com a finalidade de conservar a imagem moral do que significava ser mulher. Por outro lado, as mulheres da elite também não escapavam ao olhar das autoridades no controlo dos seus corpos e dos espaços que estes poderiam ocupar. Ainda que privilegiadas, a sua liberdade era restringida pelos ideais desenhados por homens que estas deveriam seguir.

Pretendemos, por isso, explorar de maneira comparada os dois pólos deste grupo heterogéneo. Num primeiro momento, abordaremos as regulações que se estabeleceram na cidade de Lisboa durante os reinados de D. Sebastião e do período filipino em torno das mulheres. Por último, evidenciar-se-á a pressão que as categorias de género e 'classe' faziam ou não com que os discursos do comportamento feminino recaíssem sobre as mulheres dos grupos populares e subalternizados. Para este fim, partimos de descrições, documentos dos tribunais eclesiásticos, e leis régias.

Entre o aceitável e o inaceitável: políticas e movimentos migratórios de mulheres durante o regime ditatorial português

Yvette Santos (IHC-UNLisboa, PT)

As políticas migratórias do século XX estabeleceram critérios de entrada de migrantes com o objetivo de realizar uma triagem entre os indivíduos considerados indesejáveis e desejáveis. Esta categorização binária dos emigrantes também incluiu as mulheres e esteve associada à produção/existência de normas sociais em vigor na sociedade de origem e de acolhimento. Esta categorização ajudou também a estabelecer subcategorias próprias ao género, afetando o acesso às oportunidades de saída ou de regresso a Portugal. Quer seja as mulheres casadas, solteiras, as menores e as órfãs, todas estas pessoas sofreram da sua condição social de mulher, impedindo-lhe decidir e organizar livremente a sua saída para o estrangeiro ou o seu regresso a Portugal. Esta comunicação terá como objetivo questionar as políticas de emigração enquanto produtoras de categorias de mulheres desejáveis e indesejáveis. A partir do caso da emigração feminina portuguesa organizada durante a ditadura portuguesa, será evidenciada de que forma a política de emigração (do país de saída) construiu várias categorias de mulheres aceites ou não para a emigração. Três subcategorias serão aqui analisadas: a mulher casada, a mulher solteira e a menor. Veremos em que medida as condições de saída e de regresso, neste último caso apoiado pelo Estado português, têm origem nas normas sociais.

2.B – Consumos, ofícios e monopólios – Sala/room – 201

Chair: Carla Sequeira (CITCEM-FLUPorto, PT)

À pesca de «peixes voadores»: condenação do luxo e a dinamização socioeconómica em Portugal (sécs. XIII-XVIII)

Pedro Cruz (UMinho, PT)

A “revolução comercial” significou uma dinamização económica visível a partir do final do período medieval, a qual trouxe consigo uma complexificação social. Os artigos de luxo que constituíam marcas de distinção passaram a estar acessíveis a um grupo mais alargado de pessoas, que, pela ordem natural e jurídica, não tinha direito a elas, como é o caso dos mercadores e de alguns mesteiros. Estes grupos sociais emergentes, ou intermédios, viram na apropriação dos símbolos de estatuto da nobreza uma estratégia de contrariar a sua situação subalterna. Uma vez que dispunham de rendimentos equivalentes, ou superiores, aos das elites, passaram a dispor de meios para aceder aos mesmos artigos sumptuários. Por consequência, passaram a imitar o estilo de vida da nobreza, confundindo-se com a mesma.

Diferentes autores alertaram para a complexificação social que observavam no seu tempo, e lamentaram a diluição das hierarquias e do conceito de nobreza. A imitação dos comportamentos de grupos sociais aos quais

não se pertencia era malvista, interpretada como um exemplo de inveja e ambição desmedida. Pretende-se através desta comunicação promover uma análise de textos de pensadores leigos e eclesiásticos em condenação do luxo, fazendo remontar os seus argumentos às suas raízes no pensamento clássico e cristão e interligando-os aos temores provocados por uma realidade social em mudança.

E depois das corporações: os contratos “apalavrados” de aprendizagem nos ofícios da madeira no concelho de Gondomar

Cecília Santos Cardoso (CITCEM-FLUPorto, PT)

Foi na Idade Média, com o agrupamento dos operários e artistas, que surgiram as corporações de artes e ofícios. A organização dos ofícios mais antiga em Portugal é conhecida como “arruamento”, onde foram estabelecidos os regimentos. Dos regimentos que abordam os ofícios da madeira, merece particular atenção o «Livro dos Regimentos dos officiaes mecânicos da mui nobre e sepre leal cidade de Lixboa» (1572) e os «Estatutos e Compromisso da Comfraria dos Bem-aventurados S. Bras e S. Joze, emcabeçadas nos officios de carpinteyros, emxabladores, inscultores, violeyros, caixeiros, e torneyros, constituída na Capela de S. Bras, situada no Conuento de S. Francisco» (1691), do Porto. Os regimentos eram compostos por várias diretrizes que tinham de ser cumpridas sob pena de coimas. De entre essas determinações, que sofreram várias alterações ao longo dos séculos, destacam-se os «direitos» do aprendiz que, com abolição da Casa dos Vinte e Quatro e respetivas Corporações das Artes e Ofícios em 1834, deixaram de estar assegurados.

Gondomar, município fronteiriço à cidade do Porto, acolheu os efeitos da revolução industrial na segunda metade do século XIX, entre os quais os ofícios que laboravam a madeira. No entanto, ao contrário da Invicta, Gondomar manteve as oficinas familiares praticamente até à atualidade, dedicando-se estas a uma especialidade concreta. Até à década de '80 do século XX, a aprendizagem em contexto oficial era prática comum no município, sendo a maioria dos aprendizes menores de idade. Sem as antigas corporações para monitorizar a aprendizagem, os proprietários das oficinas gondomarenses estabeleciam acordos com os progenitores dos aprendizes através de contratos “apalavrados”.

Com esta comunicação pretendemos abordar uma temática do conhecimento geral no seio da comunidade gondomarenses, mas que carece de uma abordagem formal: os contratos “apalavrados” de aprendizagem nos ofícios da madeira. Para isso, é nosso objetivo estabelecer uma comparação entre o antes e o depois dos Regimentos, através de relatos orais de antigos aprendizes, e abordar o trabalho infantil que perdurou até finais do século passado.

«As capitais do móvel»: origem e desenvolvimento da concentração da indústria do mobiliário em Portugal, séculos XIX e XX

José Luís dos Santos Barbosa (CHSC-UCoimbra, PT) | Carlos Manuel Faísca (CEIS20-UCoimbra, PT)

Atualmente, o município de Paços de Ferreira, numa estratégia de marketing territorial, assume-me como a capital portuguesa do móvel, justificando o título pela elevada concentração de empresas de produção de mobiliário em madeira existente naquele concelho, que alegadamente será a maior de Portugal. A presente comunicação, fruto de uma investigação em curso, propõe-se apresentar a evolução geoeconómica da indústria do mobiliário em Portugal, identificando não só os locais, mas também os motivos que justificam a localização da indústria do mobiliário no território nacional. Desta forma, compreender-se-á qual é, ou quais

são, as “capitais do móvel”, caso existam, ao longo do período contemporâneo, bem como os fatores de localização industrial que promovem a eventual concentração da indústria de mobiliário em determinados locais. Trata-se, portanto, de uma investigação que se insere no sempre atual debate sobre as causas de desigualdade económica, neste caso, territorial, que tanto tem marcado a Península Ibérica devido à concentração crescente da atividade económica e da população num conjunto muito circunscrito de regiões.

2.C – Pluriatividade, ecologia e recursos – Sala/room – 202

Chair: Leonardo Aboim Pires (ICS-ULisboa/CEIS20-UCoimbra, PT)

Trabalho e/ou ocupação: o trabalho (in)visível nas micro sociedades costeiras. Portugal, na segunda metade do século XVIII

Inês Amorim (CITCEM-FLUPorto, PT)

A pesquisa comparativa sobre a história do trabalho precisa de aprimorar a natureza da terminologia ocupacional, de acordo com o tempo e o espaço, frequentemente dominada pelos registros elaborados no masculino e pela administração pública.

O espaço é um fator condicionante, sobretudo com a evolução ambiental, na longa duração, das costas marítimas e a diversidade das economias subjacentes, oferecendo uma pluralidade de atividades. No caso português, as características geológicas e geomorfológicas da costa, essencialmente arenosas, e o interesse da Coroa portuguesa pela política fiscal, com o controlo tributário dos portos, durante a segunda metade do século XVIII, criaram condições para um modelo de vida do trabalho marítimo.

À escala local, o rio Vouga, abrigado por uma lagoa (a Ria de Aveiro), num longo processo geomorfológico (desde o século XI) provocado pela subida do nível do mar e pelas correntes costeiras que favorecem o crescimento dos bancos de areia, é o nosso observatório histórico.

Os fatores ambientais (fluvial/marítimo/rural) como as espécies pesqueiras, a exploração dos areais (salinas), o comércio fluvial e marítimo e as contínuas obras de manutenção da navegabilidade do porto de Aveiro moldaram categorias de trabalhadores que procuraremos analisar.

A exploração de diferentes fontes de informação (notários, livros de contabilidade da Misericórdia) revela uma forte integração das economias marítimas e do interior rural, identificando trabalho temporário e sazonal. O estudo particular da exploração do sapal permite identificar uma estrutura piramidal de propriedade, com o dono do sapal no topo (mosteiro, nobreza, rei) e o “marnoto”, o trabalhador especialista da salina abaixo, e abaixo deste um grande grupo de trabalhadores “invisíveis” - homens, mulheres, crianças (famílias) sem qualquer definição ocupacional. Até que ponto estes trabalhadores eram uma reserva de mão de obra, mobilizada de acordo com o calendário das atividades plurais locais, e que impactos salariais, dada a estabilização da população local na segunda metade do século XVIII?

Paisagem e organização social do trabalho: recursos, mercado e atividade comercial em Trás-os-Montes (1796-1860)

Pedro Mota Tavares (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, Lisboa, PT)

Partindo do conceito de “paisagens tradicionais”, o trabalho revela-nos práticas associadas a um determinado território, sendo que as mesmas se podem caracterizar por uma longa persistência histórica, onde se assume uma forte ligação entre as atividades económicas e sociais e o carácter tradicional das paisagens. Baseando-nos em indicadores de produção, circulação e consumo de bens em Trás-os-Montes, analisam-se as mudanças na organização social do trabalho resultantes das novas condições de mercado e da atividade comercial na primeira metade do século XIX.

Com um forte crescimento populacional, a necessidade de produzir mais alimentos e a expansão de certos tipos de cultivo, aborda-se uma cronologia na qual se operaram várias reformas no quadro jurídico da agricultura que regulava, limitava e geria a evolução das paisagens numa perspetiva local. Com a criação das condições económicas e sociais favoráveis a um aumento da produção entre finais do século XVIII e a primeira metade XIX, avaliam-se por isso os impactos destas políticas públicas de modernização e fomento económico.

Num contexto histórico marcado pela passagem entre finais do Antigo Regime e o período liberal, o objetivo central visa a compreensão das mudanças na organização social do trabalho com base na evolução das principais formas de exploração da paisagem agrícola, onde o trabalho dependia tanto de recursos espontâneos, como de bens alimentares domesticados.

Finalmente, empreende-se um estudo de caso no concelho de Chaves em dois momentos distintos: 1796 e 1860. Com a demanda de consumo na primeira metade do século XIX, baseamo-nos sobretudo na análise de séries com registos de cobrança de impostos sobre bens, serviços e atividades produtivas no contexto do trabalho ligado ao comércio regional e local.

Ser jornaleiro e não só: pluriatividade, sociabilidade e restauração ecológica na foz do Cávado (1850-1870)

Ana Isabel Lopes (CITCEM-FLUPorto, PT)

O final do Antigo Regime foi marcado por crescentes críticas ao trabalho forçado, materializando-se esse descontentamento em processos judiciais das instituições locais face à recusa das populações em prestarem corveias ou jeiras. Este contexto obrigou a que, no âmbito das inúmeras obras públicas que caracterizaram o final de Setecentos, se recorresse ao trabalho remunerado, através de jornaleiros. Em 1795, José Seabra da Silva, que durante o seu percurso enquanto ministro procurou valorizar e dignificar o trabalho das profissões menos remuneradas e menos consideradas, promulgou o encanamento do rio Cávado, segundo os moldes enunciados.

Todavia, apesar da suspensão do projeto de encanamento do Cávado, em 1809, este regime de contratação de jornaleiros manteve-se durante todo o século XIX. Este grupo de indivíduos teve um grande papel na recuperação ecológica e reabilitação urbana da margem sul da foz do Cávado, procurando prevenir e solucionar o assoreamento e invasões de areia na freguesia de Fão. Para o financiamento dessas obras públicas, foi cobrado um imposto local extraordinário, o real de areia (1826-1869). Desde a coleta, administração, mão-de-obra especializada e não especializada, numa hierarquia muito bem definida, todos os fangueiros foram envolvidos. Nesta organização, os jornaleiros encontravam-se no escalão mais baixo, contudo eram o grupo mais numeroso. Nesta comunicação procura-se traçar o perfil deste grupo de assalariados (género, estado civil, morada, ocupações profissionais, etc.), a partir da análise dos recibos de prestação de serviços. Por outro lado, pretende-se observar as relações com os outros indivíduos envolvidos nas mesmas tarefas ou que administravam os réditos deste imposto (laços familiares, vizinhança, amizade e inimizade) e verificar se a participação nestas obras públicas poderá ter-se constituído como um meio de sobrevivência, de aumento do rendimento familiar ou como uma estratégia de ascensão social. É assim

relembrada a figura do jornaleiro que num território entre a terra, rio e mar poderia ser uma das muitas facetas do pescador, agricultor ou peixeira, sendo assim possível amenizar a sazonalidade que caracteriza muita destas ocupações e maximizando os rendimentos passíveis de obter de cada um destes setores, mas que simultaneamente se assuma como um agente que garantiu o equilíbrio do seu ecossistema.

3.A – Género, corpo e normas sociais na Península Ibérica II: uma perspetiva na longa duração – Sala/room – 201

Chair: Bruno Lopes (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Esta sessão pretende discutir a relação entre o lugar do corpo nas normas sociais e os papéis de género vigentes na Península Ibérica, na longa duração. O corpo é aqui entendido num espetro lato, abarcando as suas dimensões materiais e físicas, a simbologia da sua presença e a sua representação nas múltiplas esferas sociais (economia, religião, direito, trabalho, etc.). Embora existam recentes trabalhos de referência (Bermúdez e Johnson, 2018), as mulheres têm recebido pouca atenção neste campo. Sendo que as normas sociais só se tornam inteligíveis se partilhadas por um grupo ou sociedade e distinguindo comportamentos aceitáveis daqueles menos adequados (Cislaghi & Heise 2018), ao longo da história do mundo ibérico, diferentes sistemas normativos referentes aos papéis de género foram convivendo, segundo distintos grupos sociais e condicionalismos geográficos e culturais onde homens e mulheres se movimentavam. Como tal, estas normas procuravam perpetuar distintas funções sociais para homens e mulheres. O discurso historiográfico tem salientado o lugar marginal e excecional da mulher enquanto sujeito ativo ao longo das sociedades de Antigo Regime de matriz cristã e europeia. Por outro lado, o início do século XX surge como um momento de rutura, tendo em particular consideração o facto de evidenciar uma crítica das normas sociais impostas numa conjuntura totalmente marcada pela censura. É neste contexto de limitação das liberdades que os indivíduos desenvolvem a sua capacidade de refletir sobre mensagens subliminares em elementos aparentemente inócuos e nas possibilidades de subversão do sistema imposto, facilitando assim leituras duplas que lhes permitam fugir às normas. Neste painel procurar-se-á compreender de que forma as normas sociais vigentes, incorporadas e construídas no seio das sociedades e instituições ibéricas, entre os séculos XIV e XX, condicionaram a ação dos indivíduos e a presença e visibilidade do corpo feminino em diferentes épocas e contextos.

O controlo dos corpos femininos e masculinos através dos processos da Inquisição de Lisboa (século XVII)

Indira Leão (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Quando estudamos sociedades do século XVII, devemos rejeitar a equação *prima facie* de ordem com relações sociais pacíficas. Desta forma, o controlo social chama a atenção para as relações entre os vários mecanismos que induzem as pessoas a agir de uma forma que é desejável de acordo com um determinado padrão ou ideal. Em todas as sociedades, o controlo social constitui uma chave importante para entender a violência, o conflito e os problemas relacionados à formação e aceitação de normas sociais. Essa função crucial do controlo social opera independentemente do período que se examina ou do sistema político de um país. Funciona no início do período moderno, bem como em tempos recentes e em sociedades democráticas e autoritárias, sendo um fenómeno de longa duração (Spiereburg, 2004).

Seguindo esta linha de pensamento, podemos falar de formas de controlo social exercidas pelo poder político e pela Igreja no período moderno, especificamente a Inquisição, a qual exercia uma forma de controlo formal,

suportada pela Coroa. Através da análise de processos inquisitoriais de mulheres leigas e homens da Igreja condenados pela Inquisição de Lisboa, propomos verificar formas de desvios de índole sexual à normativa religiosa e social. Delitos como a bigamia, sodomia ou a quebra de celibato por parte de clérigos evidenciam formas de transgressão, mas também de resistência aos vários mecanismos de controlo social operados pela Igreja católica. Numa análise comparada de género, identificaremos os motivos que levaram estas personagens históricas a cometerem atos dignos de condenação. Por que é que mulheres oriundas de camadas sociais inferiores se casavam duas vezes, quebrando a sacralidade do matrimónio? No caso particular dos clérigos, sendo eles os principais protagonistas em exercer o controlo nos comportamentos e corpos de todos os indivíduos, o que os levava a adquirirem comportamentos desviantes, nomeadamente a quebra do celibato?

Mulheres que matam: o homicídio no feminino no Portugal de setecentos

Ana Sofia Ribeiro (CIDEHUS-UÉvora, PT)

As imagens prescritas pelas normas sociais vigentes na Europa do Antigo Regime votavam a mulher ao espaço doméstico e à tutela masculina (pai, irmão ou marido). Juridicamente, a mulher tinha pouca capacidade de ação e decisão, era votada à menoridade e a uma reduzida autonomia. No entanto, os estudos mais recentes sobre o papel económico e social no Portugal moderno têm sublinhado a autonomia da sua ação em vertentes como o trabalho ou a administração de património, por exemplo. Contudo, a tentativa de explicação da desigualdade entre géneros que, indelevelmente, existiu e persiste, perpetuou um discurso ambíguo, de vitimização da mulher paralelamente à vigência do discurso teológico-moral, científico e jurídico de um ser tentador e raiz do mal do mundo, do pecado original.

Nesta comunicação pretende-se analisar o papel do corpo e ação femininos como agressores do crime de homicídio no Portugal do final do Antigo Regime. A segunda metade de setecentos trouxe alguma transformação dos códigos jurídicos vigentes, embora o homicídio continuasse a ser um dos crimes mais severamente punidos. Apesar disso, o homicídio nunca foi alvo de um estudo profundo na longa duração em Portugal. Como matavam as mulheres portuguesas de setecentos? Que histórias de vida se escondem? Que significados sociais, culturais e simbólicos persistem nessas histórias? Pretende-se confrontar a norma com a prática evidenciando o papel da mulher como agente capaz de tomada de decisão. A análise centrar-se-á em três cidades portuguesas (Porto, Évora e Lisboa) a partir de três fontes documentais distintas: perdões de parte, processos judiciais e o fundo da Intendência Geral da Polícia.

O corpo como instrumento de denúncia social: artistas influenciadas pelo feminismo na Península Ibérica nos anos 70

Beatriz Fernández de Castro (UCádiz, ES)

Este estudo pretende realizar um exercício de recuperação e releitura com uma perspetiva feminista sobre algumas das práticas artísticas que se desenvolveram na Península Ibérica nos anos 70 do século XX, coincidindo em ambos os Estados com a transição de regimes ditatoriais para regimes democráticos. Centrar-nos-emos na análise de algumas das produções de mulheres artistas portuguesas e espanholas que trabalharam através da ação, abordando questões relacionadas com a utilização do corpo e as suas implicações estético-políticas como uma crítica ao sistema patriarcal e aos papéis de género da época. O corpo feminino tem sido utilizado, observado e erotizado ao longo dos séculos, interpretado como mais um instrumento de dominação e controlo do patriarcado. Portanto, embora as artistas analisadas não fossem

militantes ativas no movimento feminista, não podemos ignorar o facto de que a maioria delas estavam conscientes dos diferentes problemas vividos pelas mulheres neste contexto de mudança política, reforçada por sua vez pela chegada e difusão das ideias do feminismo da segunda vaga. Esta é a razão pela qual algumas das suas obras durante esta década apresentam temas ligados a esta questão. Por conseguinte, consideramos essencial realizar um estudo que envolva uma releitura feminista destas produções, analisando a multiplicidade de técnicas, estilos e abordagens que têm como eixo central a reconquista do corpo. Não devemos deixar de lado o facto de implicarem uma crítica das normas sociais impostas numa conjuntura totalmente marcada pela censura. Neste sentido, deve ter-se em conta que é precisamente neste contexto de limitação total das liberdades que os indivíduos desenvolvem a sua capacidade de refletir mensagens subliminares em obras aparentemente inócuas, sem conteúdo político, facilitando assim a possibilidade de fazer leituras duplas que permitam subverter a ordem estabelecida.

3.B – Living standards – Sala/room – de reuniões 1

Chair: Nuno Luís Madureira (ISCTE-IULisboa, PT)

Living standards in Brazil: Bahia, 1572-1920

Guilherme Lambais (ICS-ULisboa, PT) | Nuno Palma (UManchester, UK/ICS-ULisboa, PT/CEPR)

Using new archival data, we establish for the first time prices, wages, and welfare ratios series for more than three centuries for Bahia, the heart of Brazil's early settlement, and one of Brazil's largest and more important states today. We build skilled and unskilled real wage series for an internationally comparable barebones basket for two cities in Bahia, from 1572 to 1920. We then construct welfare ratios and compare them to those of other cities in the world. Welfare ratios for unskilled workers were initially lower than those in Europe, the Americas, and even China, but then converge to Continental European levels and above Asian levels, although below West African levels. By contrast, living standards for skilled workers were initially much above Lisbon levels, but then converge. Contrary to conventional wisdom, welfare ratios did not fall in the nineteenth century, but the skill premium diminished.

Preços, salários e rendas na construção de uma fábrica (1735-1745)

José Matos Carvalho (CBS/ISCAC-IPCoimbra, PT)

Esta comunicação, orientada para as necessidades do historiador digital económico, apresenta uma edição digital do livro de contabilidade “Conta do que custou a casa ...” (536) que integra o sistema de escrituração, de nove livros, da Primeira Administração da Companhia da Fábrica das Sedas (1734 - 1745). Este livro apresenta, por um lado, os custos da nova fábrica e construções anexas, agrupando-os de acordo com a sua natureza económica, e por outro, os empréstimos e respetivos juros em contas de razão dos prestamistas. O financiamento desta obra foi feito na totalidade por capitais alheios.

Esta edição digital do livro, que utiliza o modelo EDHCE (Edição digital histórico contabilística em Excel), procura obter coleções de preços, salários e rendas da época e da região de Lisboa que poderão complementar, por exemplo, as séries de Palma & Reis (2019). Este modelo apresenta basicamente três vertentes: digitalização (pasta com imagens de todas as folhas do livro), transcrição e base de dados. A

digitalização do livro está disponível em acesso gratuito (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4382021>). Na transcrição são apresentadas três versões: original, português atual e inglês. A base de dados organiza de forma sistemática todo o conteúdo do livro. Pode-se acrescentar uma quarta vertente, as anotações, que traduzem explicações adicionais (v. g. biografias) de diferentes especialistas (v. g. humanista digital) que enriquecem o conteúdo da edição.

Os contributos desta comunicação são basicamente (1) propor um modelo completo de edição digital do livro em análise, (2) propor codificações de registos e contas que permitem obter coleções de artigos, trabalhos e empréstimos organizados por séries de preços, salários e rendas e (3) identificar erros aritméticos e de transcrição para criar uma boa higiene de dados. As contribuições são relevantes por (1) propor uma orientação de marketing ao procurar a identificação dos utilizadores diretos do modelo e as suas necessidades, tornando o modelo customizável, (2) mostrar o interesse didático do modelo para os alunos de história da contabilidade e de história económica e (3) sugerir o acompanhamento da revolução da contabilidade digital (v. g. hiperautomação), em paralelo com a edição digital de livros de contabilidade, antecipando o seu futuro.

Living standards in urban Angola, 1760-1920

Hélder Carvalho (UManchester, UK) | Nuno Palma (UManchester, UK/ICS-ULisboa, PT/CEPR)

This paper examines how Angolan urban workers fared under pre-colonial and colonial periods. In the last two decades, the rebirth of African quantitative economic history has presented researchers with innovative datasets of real wages, together with other indicators about population, taxation, and institutional capacities, though mostly for the post-1880 period (Frankema & Van Waijenburg 2012). This new plethora of data has allowed economic historians to overcome ill-informed ideas about growth and inequality in the African continent, especially in Sub-Saharan Africa (Broadberry & Gardner 2022). Traditional perspectives, like the apparent structural inability of African polities to grow, are being challenged via the observation of periods of economic boom, despite the existence of extractive institutions (Jerven 2022). Using a new dataset built from archival and secondary sources, we build real wages and welfare ratios for Angola between 1760 and 1920. Our skilled and unskilled wage series cover two urban locations – Luanda and Benguela. We compare these with other counterparts at a global level, including those in the Americas and Europe. Our preliminary results show that that Angolan workers were generally poorer than their peers in other parts of the world. Living standards decreased in the 18th century and then stagnated. We relate these results to trends related to the co-existence of coercive and indentured labour on pair with the free labour market.

Age at Leaving Home in the 18th century: work and the adaptive family economy

Lara Tavares (CAAP-ISCSP/ULisboa, PT) | Álvaro Ferreira da Silva (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Studies on the age of leaving home have multiplied since the pioneering study by Richard Wall (1978), followed by others which specifically analysed the working life of many young people who left home in early modern England (for all of them, see Kussmall 1981). The early age at leaving home, well before marriage, had a double impact: firstly, it explained the dynamics of the domestic group, its movements of expansion and contraction; secondly, it established what the same Richard Wall (1986) defined as an adaptive family economy, a concept with some affinity with the work of Richard Smith (1984). The age of leaving home in the early teens to enter the world of work at an early age was not specific to pre-industrial England. The works of Antoinette Fauve-

Chamoux (2009, 2017), Michael Mitterauer (1990), Raffaella Sarti (2005 and 2006), or Fauve-Chamoux and Wall (2005) propose a broader comparative horizon.

Portugal has been absent from these international comparisons. This study aims to overcome this gap by analysing a case study in the Lisbon hinterland during the 18th century. Through an extensive nominative linkage of historical records and family reconstitution we address the following questions: What was the age at leaving the parental home? Were there differential behaviours according to social groups? What is the impact of these differential behaviours on the dynamics of the domestic groups? What is the importance of early processes of leaving home in defining work in that period?

A first result highlights that over 50% of young people left home before the minimum threshold for entering marriage. Secondly, different forms of household economy keep these young people at home to different degrees, with labourer families segregating a greater number of sons and daughters when compared to farmer families. These two models of domestic economy also dictated two different models of domestic group variation over time, signalling that the adaptive family economy could take different forms depending on the social group.

3.C – Trabalho formal e informal no século XX – Sala/room – 202

Chair: Yvette Santos (IHC-UNLisboa, PT)

“Bestas humanas” ou o transporte de cargas feito por indivíduos na cidade do Porto até meados do século XX

Tânia Ferreira (CITCEM-FLUPorto, PT)

A evolução da tecnologia e dos transportes, cada vez mais modernos e eficientes, vieram facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. No entanto, apesar de todo este dinamismo, desde 1924 que a Liga Portuguesa de Profilaxia Social denunciava o “panorama desumano e vergonhoso do transporte de cargas feito por indivíduos” à cabeça, às costas, aos ombros ou puxando carros no lugar dos animais.

Com efeito, homens, mulheres e crianças, da cidade do Porto e arredores, asseguravam desta forma o transporte e distribuição de todo o género de bens: alimentos, roupas, matéria-prima para o fornecimento de energia, como o carvão e a carqueja, ou ainda o transporte de paralelepípedos para a construção de calçadas.

Desde teorizações com vista ao melhoramento da “máquina humana”, e à formação de um “corpo de carrejões diplomados”, até à inequívoca condenação desta prática que fazia lembrar os “tempos ominosos de escravatura legalizada”, a luta contra esta prática é marcada por constantes avanços e recuos, numa generalizada resignação e indiferença social.

Com recurso, essencialmente, a documentação da LPPS, temos como objetivo fazer um retrato social destes trabalhadores, analisar o modo como foi abordado o assunto nas iniciativas que a instituição protagonizou em prol da erradicação deste penoso trabalho, bem como o acolhimento e/ou resistências sociais que se formaram em torno do projeto de abolição desta realidade social.

A regulação do trabalho no Estado Novo: o papel e a ação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência através das suas delegações distritais

Jorge Mano Torres (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP] surgiu com o propósito de fiscalizar a institucionalização corporativa e a contratação laboral. Órgão do Estado, “supremo garante da disciplina social” (Rosas 2012: 27), procurava prevenir e solucionar conflitos laborais. Por todo o país instituíram-se delegações distritais, dirigidas por delegados privativos nomeados pelo próprio Presidente do Conselho, estendendo a acção daquele Instituto a todo o território continental e ilhas adjacentes.

A estes delegados competia: a inspecção e assistência aos organismos corporativos; a propaganda dos princípios da nova ordem social; e a protecção dos trabalhadores (incluindo em matéria de segurança dos locais de trabalho, regime de salários, leis sobre o trabalho de mulheres e menores, horário de trabalho, entre outros). O regulamento do INTP de 1942 atribuiu-lhes 18 competências especificamente relacionadas com a regulação do trabalho, bem como a elaboração de relatórios semestrais da actividade das delegações.

É com base nos relatórios anuais de 19 das 21 delegações distritais existentes que a comunicação proposta procura analisar o papel do INTP na regulação do trabalho, tendo presente o papel dos organismos corporativos nessa matéria, enquanto procura retratar a situação do mercado laboral em Portugal em 1947. Tendo presente que estes relatórios, para consumo interno, pretendiam evidenciar problemas e contrariedades, pretende-se obter uma imagem da realidade laboral a larga escala, enquanto se procura apreender posições e medidas empreendidas pelo INTP, bem como da actuação da Inspeção do Trabalho, inserida na orgânica daquele.

Este período – sensível para o Estado Novo e para o próprio sistema corporativo – fica marcado, não só pela vitória recente dos Aliados na II Guerra Mundial e pela afirmação das democracias, mas também pelo Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, tornado público em Março de 1947, motivado pelos desvios e vícios da organização e o seu impacto na economia nacional (ainda que, ao INTP, não estivessem reservadas quaisquer competências em matéria económica), pressionando não só o próprio regime como, naturalmente, as suas organizações, com destaque para o INTP, obrigado a lidar com os problemas que grassavam no seio da orgânica corporativa, mas também com os próprios factores de produção que procurava enquadrar corporativamente.

Estado e a intervenção no espaço rural: centros e periferias

Pedro Borges (DINÂMIA’CET-ISCTE-IULisboa | Ceis20-UCoimbra, PT)

Durante o século XX, a criação de novas políticas públicas para a modernização da agricultura foi particularmente importante para os momentos de recuperação económica. A historiografia tem mostrado como especialistas dos Estados Unidos da América influenciaram a conceção e implementação de programas de intervenção no espaço rural em países europeus e noutras latitudes, como na América do Sul ou na Ásia. Partindo do caso português, este trabalho pretende analisar como estas ideias e práticas foram adaptadas às especificidades políticas, económicas e sociais do país durante a ditadura do Estado Novo (1933-1974). De facto, durante o regime ditatorial do Estado Novo várias iniciativas podem ser comparadas às implementadas durante o New Deal (1933-1939). Após a Segunda Guerra Mundial, com a implementação Plano de Recuperação Europeia, mais conhecido por Plano Marshall, existem também demonstradas a perenidade dessas influências. As ideias eram geralmente as mesmas para cada país da Europa assim como para outros países. Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de uma investigação em curso sobre a

influência dos Estados Unidos da América em Portugal, relacionando estas iniciativas com o que acontecia internacionalmente.

3.D – Dinâmicas de Portugal Moderno – Sala/room – 203

Chair: Hugo Ribeiro da Silva (CITCEM-FLUPorto, PT)

Marranos em ambos lados da Raya. A família Fernández de Baeza: ascensão social e falsificação documental (séculos XVI-XVII)

José María García Ríos (CIDEHUS-UÉvora, PT/UCórdoba, ES)

O objetivo deste trabalho é trazer à luz a verdadeira origem da família Fernández de Baeza, estudar a sua bem-sucedida política matrimonial e refletir sobre a importância que passaram a ter dentro dos espaços da Monarquia Hispânica. Uma proposta do maior interesse científico para a historiografia modernista ibérica, pois analisa uma linhagem portuguesa de cristãos-novos, estabelecida nos reinos de Granada e Sevilha, que conseguiu gozar de certa relevância social durante boa parte da Modernidade.

Esta foi uma das muitas famílias de origem marrano estabelecidas no sul de Castela durante a chamada União de Coroas. No entanto, e ao contrário do resto dos seus correligionários, estes Fernández de Baeza chegaram a falsificar a sua ascendência, fazendo-se passar por castelhanos de linhagem antiga para ultrapassar as barreiras sociais dos Estatutos de Limpieza de Sangue. Algumas práticas que, sem dúvida, podemos considerar eficazes pela trajetória posterior de alguns de seus integrantes. Assim, tentaremos estabelecer um possível modelo interpretativo que venha a explicar as manobras e estratégias utilizadas por esta família para assegurar a sua consolidação social, económica e política no organograma dos Habsburgos.

Naturalmente, para realizar uma investigação dessas características é absolutamente necessário consultar fontes documentais múltiplas e de origem muito variada. Entre outros, faremos uso da riqueza fornecida pelos registros notariais, localizados nos arquivos históricos de Granada, Málaga e Cádiz, bem como os dados extraídos do Archivo de la Real Chancillería de Granada (ARChG). Juntamente com as referências do Archivo General de Simancas (AGS), do Archivo Histórico Nacional (AHN), da Real Academia de História (RAH), do Archivo Histórico da Nobreza (AHNOB) ou do Arquivo General de las Índias (AGI). Tudo isso, por meio da revisão e análise crítica da produção bibliográfica existente sobre o tema. Em suma, uma amostra desconhecida e interessante das relações múltiplas, heterogêneas e complexas da sociedade hispano-portuguesa durante o Antigo Regime.

The "alcalde de los portugueses" at the Hispanic court in the context of the Restauração (1640-1668)

Ignacio Ezquerro Revilla (URJCarlos, ES)

The annexation of Portugal to the Hispanic Monarchy and the consequent consecration of the so-called "Statute of Thomar" implied the creation of the Council of Portugal, as an institutional container of its jurisdictional singularity within it. The result of this was also the commission to an alcalde de Casa y Corte of the judicial cases concerning Portuguese people in the Court of Madrid, a decision that in itself showed the King's desire to respect the Portuguese autonomy in the Spanish crown and to adapt the exercise of his jurisdictional agents to the new social reality of the court derived from the annexation. At the same time, the definition of this commission showed how the integration of the Kingdom of Portugal into a new, broader

socio-political structure had a domestic channel, insofar as the same royal person came to occupy both the Castilian and Portuguese royal chambers, a fact that led to a tendency towards overlapping, without losing its own specificity.

On this basis, this paper aims to understand the consequences of the Restauração of 1640 for the development of this commission. Firstly, it influenced the fact that, on the death of Dr. Juan de Quiñones in January 1646, the commission was not renewed in the alcalde-dean who succeeded him, among other administrative consequences that were already felt before the movement itself. This was the case of the replacement of the Council of Portugal by a so-called Junta of Portugal (1638), which implicitly infringed the aforementioned “Statute of Thomar” and thus gave wings to the rebellion. When the Council was reinstated in 1658 as a way of delegitimising it, in the context of Philip IV's final –and futile– effort to recover the kingdom, the sequence that had already led in 1584 to the institution of the commission of the Portuguese under a alcalde de Casa y Corte was reproduced, and in 1659 the body consulted the king on the recovery of the figure. The result was the appointment of Francisco de Quiñones, brother of the last alcalde in charge of the commission, by title in Madrid on 13 July 1659. As in previous cases, at the time of his appointment he was also the longest-serving alcalde de Casa y Corte, as was his successor, Vicente Bañuelos, who held the commission at the time of 1662.

A territorialização do Estado da Índia: o caso de Goa (1510-1560)

Roger Lee de Jesus (Leibniz University Hannover – History Department, DE)

A implantação dos portugueses no espaço asiático, nos inícios do século XVI, criou novas dinâmicas de poder que se estenderam para lá das questões económico-comerciais ou militares. A conquista de Goa, em 1510, colocou sob alçada dos portugueses um novo território em condições inéditas, visto que até então a presença europeia se cingia a pequenas feitorias fortalezas em cidades costeiras. A administração da cidade de Goa e da ilha de Tissuari, e posteriormente de Bardez e Salcete (as chamadas Terras Firmes), a partir da década de 1540, veio colocar nas mãos dos portugueses aproximadamente 660 km² de terra já ordenada e organizada a partir de um sistema de aldeias auto-reguladas. Assim, a territorialização portuguesa só pôde ser feita a partir de um processo de adaptação das instituições e práticas locais com aquelas trazidas directamente de Portugal, sem nunca existir uma transplantação directa e monolítica destas estruturas. O objectivo desta comunicação é de documentar o início da territorialização do Estado da Índia em Goa, procurando compreender como é que as autoridades portuguesas adaptaram e adoptaram as estruturas de posse, distribuição e exploração de terra. Tentar-se-á também á aferir o impacto deste processo na exploração desse território, quer numa perspectiva económica, quer social, relevando a documentação produzida localmente, como forais e tombo. Por fim, será dado destaque às características do caso face ao restante processo de territorialização do Estado da Índia, ou seja, comparando-o com o caso da Província do Norte, da ilha de Ceilão e de Moçambique. Assim, a territorialização do império português na Ásia será entendida como um processo complexo, mas singular, de fusão entre estruturas europeias e locais que caracterizou as instituições coloniais nesta região do globo.

From Goa to Lisbon “by secure bills”. Inheritance transfers in the 18th century

Sara Pinto (CITCEM-FLUPorto, PT)

Historiography on the Misericórdias has already established how the financial activities of these institutions surpassed charity works and how the incorporation of legacies and inheritances – many of them connected to overseas fortunes – converted these confraternities into secure institutions to deposit money. In India these features were enhanced by the royal privilege conceded to these institutions to act as trustees of the estates

left by the Portuguese that died in Asia without a last will. This role included gathering inheritances scattered in the Estado da Índia, which comprised several settlements in the coastal areas of the Indian Ocean, searching for heirs, and transferring capital. Goa was the key node in this networked system, gathering the money and establishing communication with Lisbon. However, the collection of inheritances and their transfer involved complex and slow procedures due to the geographical dispersion and discontinuity of the Estado da Índia. In this process, Misericórdias exchanged information on the heirs' whereabouts, the composition of the inheritances, the reliability of bills in the market and the availability of mediators. After assembling the deceased's assets, the subsequent procedure – sending the money to the heirs – required the use of distinct mechanisms according to different variabilities: commodities prices and availability, the possibility to find intermediators, bills of exchange rates. A common method was to entrust small amounts to ship officers, which reduced the operation's risk. This presentation attempts to go further in the analysis of these transfers, identifying mechanisms and the agents involved and how Misericórdias dealt with the associated risk. My research embraces new data sources collected in the Archive of Goa, as the letters exchanged between Indian Misericórdias and Lisbon in the beginning of the 18th century.

4.A – Administração financeira municipal: perspectivas de análise, do período moderno ao contemporâneo – Sala/room – 201

Chair: Inês Amorim (CITCEM-FLUPorto, PT)

O presente painel enquadra-se no âmbito da historiografia que tem evidenciado o papel das finanças locais no desenvolvimento dos Estados Europeus, não só enquanto fontes de financiamento, mas também como reflexo da capacidade de interferência da administração central na administração local, através de legislação e da ação dos agentes responsáveis pela sua aplicação. Propõe-se a apresentação de resultados de investigações nacionais, desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito da História da administração financeira municipal portuguesa. Dentro desta temática serão colocadas em diálogo, e propostas a debate, diferentes perspectivas, metodologias, cronologias e espaços.

O ponto de partida será a aferição das causas da crise financeira municipal e seu impacto, ao longo do período moderno, através do estudo de caso do município de Coimbra (José Barbosa). Ainda dentro do período moderno, avaliam-se os procedimentos da administração financeira municipal, face a diretrizes centrais, comparando espaços portugueses e franceses (Patrícia Costa). Termina-se com uma análise dos efeitos da legislação central na administração financeira de Penafiel no período contemporâneo (António Fundo). Nas perspectivas propostas destacam-se quer as práticas da gestão financeira dos municípios portugueses (e, conseqüentemente, a atuação dos oficiais envolvidos naquela gestão), quer o seu enquadramento institucional.

A decadência das finanças municipais em Coimbra na Época Moderna: causas e conseqüências (1557-1836)

José Luís dos Santos Barbosa (CHSC-UCoimbra, PT)

Os últimos trinta anos conheceram importantes contributos no estudo da história das finanças municipais portuguesas. Contudo, pouco se sabe sobre crises financeiras e endividamento municipal e, em particular, as suas causas e conseqüências. Alguns autores (Capela 1995 e Fonseca 2002) apontam para a existência de uma crise nas finanças municipais nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX. Contudo, um estudo mais recente (Barbosa, Coutinho e Silva 2022) sugere que as dificuldades nas finanças municipais pode ter tido uma origem

anterior. Apesar de algumas indicações serem dadas sobre as causas para as crises municipais, a nossa compreensão sobre esta questão é ainda muito limitada.

Esta comunicação pretende analisar as finanças da Câmara Municipal de Coimbra entre 1557 e 1836. O principal objetivo passa por examinar as causas das mutações a longo prazo nas receitas e despesas concelhias, em particular o longo declínio que ocorreu entre meados do século XVII e os inícios do séc. XIX. Esta exposição parte do estudo da composição das receitas e despesas, assim como dos mecanismos de cobrança de receitas. Segue-se a apresentação dos dados empíricos sobre algumas das componentes das receitas e despesas. Finalmente, é feita uma tentativa de compreender as causas que levaram às grandes variações destas variáveis num diálogo com a literatura existente.

Entre as causas que levaram à diminuição da receita, constam as conjunturais (guerras, aumento de impostos, crises económicas, condições climáticas...) e estruturais (principalmente institucionais, como a corrupção que lavrava na Câmara, a incapacidade em criar fontes de receita, a alteração nos modelos de cobrança que levou a mecanismos de cobrança menos eficazes...). A diminuição da despesa foi uma consequência da quebra nas receitas e levou a um reduzido investimento em obras municipais.

Procedimentos na administração financeira local: entre as normas e as práticas (Portugal e França, s. XVII-XVIII)

Patrícia Costa (GHES/CSG-ISEG/ULisboa, PT)

A historiografia tem demonstrado que as práticas no âmbito das finanças locais estão diretamente relacionadas com a capacidade de gestão de recursos das cidades, tendo igualmente implicações nas relações com o poder central (v.g. Dubet e Legay 2012, Fonseca 2002, Larguier 2008, Saupin 2012).

A presente comunicação propõe uma análise dos procedimentos executados pelos oficiais da administração financeira de cidades portuguesas e francesas, no período moderno. Através das ações de fiscalização às contas locais pelos oficiais da administração central, tanto em Portugal, como em França, constatam-se situações de incumprimento da lei e de desorganização no registo contabilístico, na arrecadação de receitas e na execução de despesas. Paralelamente, verificam-se tentativas de maior controlo das finanças locais por parte dos Estados através de uma organização e uniformização burocrática mais eficaz, suscetível de menores “fugas” à norma, e maior equilíbrio financeiro. No entanto, os tempos/ritmos de reorganização da administração financeira são diferentes: em França destaca-se a ação reformadora de Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV, no s. XVII; em Portugal, as grandes reformas da administração financeira central e local ocorrem mais tardiamente, no reinado de D. José (2ª metade do s. XVIII), no contexto das políticas do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Neste sentido, pretende-se aferir os procedimentos na organização financeira de cada espaço, antes e depois das reformas, entre o s. XVII e o s. XVIII.

Para esta comunicação irão cruzar-se fontes documentais (legislação, correspondência e registos contabilísticos municipais de Lisboa e do Porto) com bibliografia sobre a administração municipal portuguesa. Para a análise das cidades francesas serão utilizados maioritariamente estudos de administração local da autoria de Guy Saupin.

Crédito e produção agrícola: os censos consignativos em Braga (1695-1705)

Jorge Miguel Soares (UMinho, PT)

A presente comunicação visa abordar a atividade creditícia em Braga entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII, tendo por base os censos consignativos. Em Portugal, o crédito privado tem suscitado o interesse dos historiadores, que têm demonstrado a ubiquidade das práticas creditícias no período moderno (Rocha 1998; Costa et al., 2014, 2018). No entanto, a historiografia tem-se debruçado sobretudo sobre os empréstimos a curto prazo (obrigações), negligenciando o crédito privado de longa duração (censos consignativos ou compras a retro). À exceção do estudo de Costa (1961), sabe-se relativamente pouco sobre estes instrumentos creditícios e, por isso, esta comunicação visa colmatar esta lacuna. Questiona-se se estes instrumentos se limitaram à concessão de empréstimos agrícolas e, por isso, contratados entre lavradores ou se foram usados em contexto urbano e por outros segmentos sociais. Com base num conjunto de 75 escrituras notariais, procura-se analisar a distribuição anual dos censos consignativos, bem como a sua aplicação, o perfil socioprofissional das partes e as garantias concedidas para segurar o negócio. Um dos principais contributos deste estudo incide na análise das taxas de juro implícitas nestes contratos; os censos compulsados nesta pesquisa foram, quase sempre, pagos em géneros, visando, entre outros motivos, contornar a usura. Deste modo, a presente comunicação segue a linha de estudos anteriores sobre os censos consignativos (Oliveira, 1972; Rodrigues, 2013, 2023; Henriques, 2020) e visa contribuir para o estudo dos usos das perpetuidades privadas no Norte de Portugal no período moderno.

4.B – Work and inequalities I – Sala/room – de reuniões 1

Chair: Luciano Amaral (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

All that glitters is not gold. The struggle for the continuous involvement of indigenous handicraftsmen in the Moroccan pre-industrial economy of interwar years

Shai Srougo (University of Haifa, IL)

My lecture is about Jewish handicraftsmen who found a living in the precious-metal industry—goldsmithing and gold-thread craft—and who operated in the *sūqs* (the major centre for manufacturing and commercial activities) of Fès, Casablanca, and Marrakesh under the French Protectorate (declared on 30 March 1912) in Morocco. In pre-1912 Morocco, the Jewish dominance (as goldsmiths and producers of gold-thread) was the result of cultural reservations of the Sharia (Islamic law) toward the precious metal industry, which was considered an indecent profession. This Islamic perception, thus, was an advantage for non-Muslims, who could enter economic activities which had not been seized by the majority/Muslim society.

However, in post-1912 Morocco, this cultural advantage lost its effect, as the encounter between European capitalism and the pre-colonial society of Morocco challenged the traditional indigenous arrangements concerning production and commerce. Western capitalism was sustained by external ongoing intervention (new commercial treaties between Morocco and the West), direct competition (import of machine-made jewellery), and the French political takeover (the Protectorate) of the central Moroccan government (the *Makhzen*).

The transition from pre-industrial/handmade production (manual labor, basic mechanization, and basic technology) to the capitalist approach was also expressed through the automation of gold-thread manufacturing by the Moroccan Jewish entrepreneurs, a step which marked the collapse of long-lasting arrangements of production between two Jewish classes: poor manufacturers and wealthy traders. The colonial reality, which challenged both the daily routines and traditional pre-industrial values of Jewish handicraftsmen, forced them, thus, to adjust to the new Western capitalistic agenda.

The continuous integration of Jewish precious-metal manufacturing (goldsmithing and gold-thread craft) in the Moroccan *sūqs* during the Protectorate era will be presented through the following questions: Which mechanisms eased the penetration of capitalism? What was capitalism's influence on the local Jewish handicraftsmen in the precious-metal industry? How did these indigenous Jewish handicraftsmen respond to and cope with the changing environment? Why did the Protectorate revert from its liberal economic policy to the protection of local producers?

Country of birth and wage differentials: Evidence from Belgium

David Sonnewald (UCLouvain Saint-Louis Bruxelles, BE)

I compute and investigate wage differentials in Belgium between individuals born in the country and five major groups of non-native workers. I find that foreigners (but those from EU15 countries) earn, on average, less than natives, with the size of the wage gap that varies importantly across the different groups. Applying the Oaxaca-Blinder decomposition to the wage differentials, I find that skills and characteristics only account for a portion of the gaps. Complementarily, a part of the wage differentials remains persistently unexplained, especially for non-European workers. Additional information on industry affiliation and occupation decreases this unexplained part, but it also shows the existence of industrial and occupational segregation. In occupations with large shares of non-native employment, the overall gap is much lower, the unexplained portion nears zero and, in four of the five groups of foreigners, the average wage is even higher than that of Belgian-born workers. I also find evidence of glass ceilings rather than sticky floors.

The occupational structure of Portugal, 1760s-1911

Filipa Ribeiro da Silva (IISH, The Netherlands) | Hélder Carvalho (UManchester, UK)

This paper contributes to an ongoing discussion regarding the Little Divergence. In this case, it addresses the reasons why Portugal did not observed comparatively high standards of economic development within the long nineteenth-century by exploring evidence from the occupational structure. The literature about Portuguese economic development in the long run stressed an image of decline starting from the 1750s onwards, which affected the subsequent period with substantial improvements only arising in the first half of the twentieth century (Madureira 1997; Reis 2005; Palma and Reis 2019). The transition of large shares of labour supply from agricultural to non-agricultural sectors of activity has been traditionally associated with a more modernised economy (Feinstein 1998). However, much of this rationale has been implemented in a quasi-automatic manner by recent works, with the consequent neglect of the specifics surrounding the continuities and changes in innovative segments of activity. Therefore, this paper will adopt a more thorough analysis by following the model in two levels put forward, among others, by Keibek (2016): a) an analysis of the share of the population allocated to each activity sector; b) an analysis to the respective sub-sector/segment of activity at a municipality, regional, and country level.

We will present an occupational structure series for Portugal based in three benchmarks: 1760s, 1860s, and 1911. While the first benchmark is based by a sample of c.16,000 households collected from tax records, the subsequent counterparts consist either in a sample of the major part of the parishes of the country (1860s, with the aid of church records) and in the national wide census (as in 1911). The analysis will allow to compare the Portuguese case with other European counterparts, in order to provide a clearer picture of how the evolution of the labour supply can help to interpret the scenario of economic decline described above within the context of divergence between different parts of the continent.

4.C – O que são trabalhadores? Contexto e categorização – Sala/room – 202

Chair: João Garra (CES-FEUCoimbra, PT)

A aplicação do HISCO na harmonização das ocupações da sociedade luso-brasileira do século XVII

Diogo Andrade Cardoso (CITCEM-FLUPorto, PT)

Ao longo do século XVII, o Brasil desenvolveu um mercado de trabalho específico, baseado na economia de plantação, na obtenção de recursos autóctones, na evangelização e na guerra. Esta especialização criou a necessidade de uma mão-de-obra com características muito particulares que foi sustentada pela emigração constante desde o reino português, pelo recrutamento e aldeamento de indígenas e pelo recurso a uma força de trabalho escravizada, tanto de populações locais como africanas.

A presente comunicação pretende explorar as ocupações da população de origem portuguesa detetada nos processos inquisitoriais produzidos ao longo da centúria de Seiscentos com referência ao Brasil. Para o fazer é utilizado o Historical International Standard of Classification of Occupations, que agrupa as ocupações segundo o estatuto social conferido por estas aos indivíduos que as exercem. O intuito da comunicação é analisar a importância da utilização de um sistema de harmonização de ocupações que permita ao historiador conciliar as diversas descrições de atividades profissionais discriminadas nas fontes, enquanto possibilita o cruzamento de dados junto da bibliografia.

O panorama ocupacional tirado das fontes inquisitoriais, e a sua consequente interpretação, serve de ponto de partida para estudar o nível de eficácia deste sistema de harmonização em particular quando utilizado no estudo do Brasil colonial, as suas necessidades de adaptação à sociedade do Antigo Regime e, por fim, para compreender de que forma a cultura sacarina, a presença religiosa e a guerra moldaram as necessidades laborais do Brasil no século XVII.

Os ecologistas do petróleo

Nuno Luís Madureira (ISCTE-IULisboa, PT)

Nesta comunicação mostra-se como importantes componentes do pensamento ambientalista, relacionadas com a sustentabilidade do desenvolvimento, o uso dos recursos naturais e a capacidade de absorção do planeta, tiveram uma importante expressão no seio da indústria petrolífera. Não nos referimos a manifestações residuais, mas a ideias que surgem no coração da grande exploração e das grandes empresas de petróleo. Numa perspectiva de contexto histórico é traçada a evolução desta ecologia do petróleo nas décadas de 1950, 1970 e 1990. Na parte final demonstra-se como estas ideias não foram bem aceites por todas as correntes do ambientalismo e levaram mesmo a uma redefinição das formas de pensar a natureza com a emergência reactiva de novos movimentos ecologistas.

Trabalho enquanto conceito

Filipe Cortesão

O trabalho é matéria de estudo, debate político e social de crescente importância, e cuja relevância se renova na atualidade dos tempos. A discussão sobre este tema embate sobretudo em dois polos indissociáveis, o

trabalho objeto e o trabalho condição. Essa mesma lateralidade presente nos debates e discursos reflexivos sobre trabalhador e trabalho expõe cruamente a ambiguidade entorpecedora de uma comunicação esclarecida e clarividente sobre estas duas inseparáveis dimensões, cuja clivagem nunca chegou a sair do seu próprio ponto de partida, o ser humano, ao perder a panorâmica holística que reside na reunião dessas mesmas perspectivas num só conceito que vai além da forma, incorporando um espírito potenciador de uma etérea orgânica. Importa indagar a perspectiva clássica em que o trabalhador é subordinado ao trabalho, como elemento, objeto deste, e que se adensa ao longo da história da humanidade, designadamente aquando da Revolução Industrial relançando a reflexão sobre o ser humano, as suas condições de vida e de ser capacitado, numa tentativa de elevar a condição humana perante o domínio do trabalho.

Deseja-se, de igual modo, dar luz a um caminho conciliador da relação objeto e da relação condição, compreendendo que ambos deverão concentrar-se na unidade e dar origem ao trabalho enquanto conceito. Pensa-se nesta conceção do trabalho como forma superior na qual se reúne a capacidade e as condições necessárias para oferecer ao ser humano trabalhador um patamar de reflexão política e ética capaz de potenciar a sua evolução. As dificuldades históricas e do pensamento social, em face com a evolução tecnológica, as novas tendências e formas laborais, são consideradas para o eventual descaminho que retarda a realização do trabalhador perante o trabalho, enquanto conceito. É urgente pensar o trabalho!

Impactos da precarização das relações de trabalho na profissionalidade de docentes dos níveis de educação básica e superior brasileira

Adriane de Lima Penteado (UTFPR-Paraná, BR)

O artigo tem como tema de investigação a profissionalidade docente com ênfase à precarização nas relações de trabalho, nos níveis da educação básica e superior brasileira. O estudo se justifica por sua atualidade e relevância em termos de promover discussões sobre a revalorização do trabalho profissional docente. O problema que orienta a reflexão deste estudo procura elucidar a seguinte questão: Quais impactos as relações de trabalho, que produzem tendências de precarização, causam ao trabalho docente? O objetivo do trabalho é, portanto, investigar, no contexto da denominada uberização do trabalho, os impactos causados na profissionalidade docente. Metodologicamente a investigação é de abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, apoiada nos argumentos teóricos dos campos dos direitos humanos, das políticas educacionais, da profissionalidade docente e da sociologia. A uberização na educação surge como consequência da lógica capitalista que substitui as leis educacionais pelas leis de mercado. Com inspiração nos estudos da socióloga Ludmila Abílio, a respeito de que ser um trabalhador-perfil em um cadastro da empresa americana significa, na prática, ser um trabalhador por conta própria, que gerencia e assume seu horário, ganhos e perdas. O professor contratado por meio de um contrato temporário e precário tem sido levado a enfrentar as mesmas condições. Outrossim, as aulas virtuais fazem parte de outro recurso utilizado para substituir docentes, uma vez que por meio de plataformas tecnológicas milhares de estudantes assistem aulas gravadas por um único docente. O enfoque final do estudo considera que o contrato justo, que assegure remuneração e direitos trabalhistas no Brasil é uma conquista do século passado. No que se refere ao profissional docente é um cumprimento de dever com as gerações futuras, pois sem professores não há futuro.

4.D – Trabalho e conflito – Moçambique, Angola e Ilhas – Sala/room – 203

Chair: Maria Eugénia Mata (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Pangaios, grilhões e contratos: o engajamento de trabalhadores em Moçambique após o Tratado de 1842

Paulo Cesar Gonçalves (UNESP, São Paulo, BR)

Utilizando fontes manuscritas – correspondência administrativa entre metrópole e colônia – e impressas – Legislação Régia e Anais do Parlamento – esta comunicação analisa o tráfico de africanos engajados em Moçambique como “trabalhadores livres” para áreas de plantations do Índico, em meados do Oitocentos, na perspectiva da substituição do trabalho escravo e da continuidade do tráfico negreiro. O engajamento desses trabalhadores esteve relacionado à intensificação da demanda por mão de obra nas regiões produtoras de commodities, sob a égide do crescimento do comércio mundial, da condenação do tráfico negreiro e da escravidão. Perspectiva, esta, materializada no Tratado de 1842 entre Portugal e Inglaterra para abolição do tráfico e na legislação que extinguiu a escravidão nos impérios britânico (1834) e francês (1848). As estratégias de recrutamento e engajamento, no entanto, não deixam dúvida sobre a continuidade do tráfico de escravos e da escravidão, além de mostrarem o imperativo do trabalho forçado, como demanda do capitalismo em termos da reprodução de preços competitivos no mercado mundial cada vez mais estratificado e hierarquizado. As várias formas de coerção constituíram historicamente a base das estratégias de obtenção de trabalhadores para rebaixar os custos da produção e ampliar a oferta de mão de obra, na qual a expansão do trabalho sob contrato pelos quatro cantos do globo – inclusive no império português – teve papel fundamental.

Revisitando a questão do trabalho em contexto colonial: a Companhia de Diamantes de Angola (1917-1961) um estudo de caso

Fátima Moura Ferreira (Lab2Pt-UMinho, PT) | Libânia Pinto (Lab2Pt-UMinho, PT)

A comunicação tem por base o estudo e a reavaliação crítica de material documental produzido pela empresa sobre modalidades e condições de trabalho em espaço colonial, entre os primórdios da companhia e o ano de 1961 (início da guerra colonial). A vários níveis, a excepcionalidade do caso em estudo no contexto do Império Português afigura-se heurísticamente pertinente. Por um lado, possibilita desconstruir os parâmetros em que radica a reputada excepcionalidade da empresa no contexto luso. Por outro lado, permite debater afinidades e disparidades tecidas com empresas análogas, filiadas no colonialismo europeu no século XX.

O estudo incide sobre três eixos estruturadores, a saber: i) o mapeamento e a distribuição da população europeia e da população africana empregue por setores de atividade, raça e género; ii) a análise dos critérios de classificação da população africana no período e a sua distribuição quantitativa no tempo; iii) a desconstrução crítica das categorias “trabalho” e “trabalho especializado” entre as respetivas populações

A densificação da análise cruzada do material em estudo, tanto em termos do recorte documental (escrito, estatístico, iconográfico e cartográfico) como em termos metodológicos, permitirá traçar um quadro dinâmico sobre os contextos de trabalho colonial, tendo por horizonte a relevante bibliografia internacional e nacional produzida nas últimas décadas. Em simultâneo, possibilitará apreender níveis de interação e de articulação entre as populações em presença, contribuindo para uma compreensão mais fina sobre a especificidade do trabalho em contexto colonial português e europeu.

Dependências locais e conflitos em espaços insulares: a questão cerealífera nos Açores e Madeira, 1926-1932

Carlota Freitas (NOVA-FCSH, UNLisboa, PT) | Leonardo Aboim Pires (ICS-ULisboa/CEIS20-UCoimbra, PT)

A dependência cerealífera foi uma das realidades transversais às sociedades insulares, Açores e Madeira, desde a Época Moderna e que se perpetuou até ao período contemporâneo. Com o objetivo do aumento da produção de cereais, as leis protecionistas promulgadas nos finais do século XIX eram indicativas da constante procura para corresponder às necessidades alimentares locais. Em sentido idêntico apontam as medidas tomadas para os territórios adjacentes assistindo-se, na Primeira República, um certo protecionismo, expresso na modernização da indústria moageira e subsídição política da cerealicultura, que vigorou até 1923.

A Ditadura Militar e a demanda da autarcia que se ia configurando nesses anos, com diversas expressões institucionais e administrativas, procurou continuar essa questão, de que é patente a proibição da exportação de trigos, farinhas e sêmeas destas regiões para o continente, em 1928.

Num tempo em que a produção de cereais ganhou preponderância no seio das políticas públicas, com a sua maior expressão na Campanha do Trigo (1929), as movimentações suscitadas pelo intervencionismo estatal nesta esfera traduziram-se nos Açores numa mobilização das elites económicas, como as associações comerciais e os sindicatos agrícolas. Por seu turno, na Madeira assistiu-se à intervenção geral da população, sobretudo dos estratos sociais mais baixos por serem os mais afetados, culminando na chamada “Revolta da Farinha”, em fevereiro de 1931.

Recorrendo à análise de documentação de carácter legislativo, governativo e proveniente dos interesses organizados (representações e petições), em paralelo com jornais e periódicos locais, pretende-se conceber uma perspetiva comparada dos arquipélagos portugueses face à sua situação enquanto produtor e consumidor de cereais, e quais os reflexos sociais destas dimensões.

5.A – Trabalho, migrações e envelhecimento: uma perspectiva populacional a partir dos censos – Sala/room – 201

Chair: Maria Luís Rocha Pinto (DCSPT-UAveiro, PT)

O trabalho constitui uma dimensão central nas nossas sociedades. Para além da dimensão económica e produtiva constitui uma dimensão socialmente estruturante e individualmente integradora. A atividade laboral tem sofrido alterações na sequência das transformações tecnológicas, sociais e populacionais.

Mas o reverso também se verifica, ou seja, a vida dos indivíduos e das sociedades reflete igualmente as mudanças laborais, bem como da dinâmica demográfica. Esta relação trabalho-população assume, assim, uma importância acrescida na sociedade portuguesa quando se considera a evolução populacional e o seu impacto ao nível socioeconómico.

Com este painel propõe-se uma abordagem demográfica centrada no trabalho, mais propriamente, na população em idade ativa e em diversas situações de atividade, interligando-a com as migrações e envelhecimento no território português.

Se, por um lado, as migrações têm sido uma tendência permanente na evolução populacional e condicionado a distribuição da população e as dinâmicas sociais e económicas a diferentes escalas territoriais, por outro, o

envelhecimento constituiu e constitui uma característica determinante dos processos demográficos nas diferentes unidades territoriais.

Assim, este painel agrupa três comunicações: a primeira centrada no envelhecimento da população ativa e trabalho; a segunda focada nas migrações internas e trabalho e uma terceira direcionada para a análise do impacto das migrações nas dinâmicas locais.

Envelhecimento da população ativa e trabalho

Maria João Guardado Moreira (Age.Comm/IPCastelo Branco, PT)

Dos principais aspetos que emergem do recenseamento de 2021 destacam-se a diminuição da população, os desequilíbrios territoriais, a metropolização da população e o envelhecimento populacional.

O envelhecimento tem apresentado um claro agravamento tendo o índice de envelhecimento aumentado dos 128 idosos por cada 100 jovens, em 2011, para os 182 em 2021. Do ponto de vista territorial, em 2021, as cinco NUTS III com menos idosos correspondiam a cerca de 10% do território, já as quatro NUTS III com um Índice de Envelhecimento mais elevado, superior a 300 idosos por cada 100 jovens, correspondiam a cerca de 21% do território, as NUTS III com um registo entre 200-300 idosos por cada 100 jovens correspondiam a cerca de 51% do território.

O envelhecimento, em resultado do aumento da proporção de idosos e conseqüentemente da sua relação com a população em idade ativa e/ou jovem, tem aumentado, mas não é esta a única tendência deste processo. Um outro envelhecimento, menos presente no discurso habitual, é o envelhecimento da população em idade ativa, com conseqüências na dinâmica laboral. De facto, quando se considera o índice de renovação da população em idade ativa, isto é, a comparação da população entre os 20-29 e os 55-64 anos, é evidente a sua diminuição nas últimas décadas. Importa não esquecer que para esta transformação rápida das estruturas populacionais muito contribuiu a emigração que envolveu, sobretudo, os jovens ativos.

Com esta comunicação pretende-se analisar a evolução do envelhecimento, numa perspetiva de longo prazo desde os anos de 1950, face ao trabalho, considerando, paralelamente ao processo de envelhecimento, e numa análise mais aprofundada a evolução da população empregada e desempregada segundo as habilitações e as profissões de 2001 a 2021.

Migrações internas e trabalho

Maria Cristina Sousa Gomes (GOVCOPP/DCSPT-UAveiro, PT) | Adelaide Freitas (CIDMA/DMat-UAveiro, PT)

A evolução da população portuguesa é particularmente condicionada pelos efeitos da mobilidade interna que têm contribuído para o agravamento dos desequilíbrios da distribuição populacional, isto é, da litoralização e concentração urbana.

Embora as migrações internas constituam um processo continuado no tempo, pelos seus resultados no despovoamento e envelhecimento populacionais, têm estado cada vez mais presentes quer na opinião pública quer no discurso político do país. Porém, apesar do volume e representatividade da mobilidade interna na população portuguesa, os dados disponíveis apresentam algumas limitações. De facto, só partindo dos dados censitários se pode analisar este tipo de mobilidade e a metodologia, inevitavelmente, indireta, uma vez que

apenas se pode proceder à sua especificação com base na alteração do local de residência e das características dos indivíduos que se deslocaram cinco ou um ano e meio antes do censo.

No entanto, apesar de todas as limitações, a migração interna é particularmente importante pelos efeitos simultaneamente positivos e negativos para os territórios, pelos efeitos de curto e longo prazo e, a uma escala local, pelos constrangimentos ou impulso que gera na dinâmica demográfica e conseqüentemente no funcionamento social e económico dos diferentes territórios.

A atividade económica e a atividade laboral são fatores impulsionadores enquanto atrativos ou repulsivos deste tipo de processos que vão tendo nuances e intensidades diferentes ao longo do tempo. Com esta comunicação pretende-se caracterizar as migrações internas na sua relação com o trabalho nas vertentes emprego/desemprego. Assim, proceder-se-á a um enquadramento global caracterizador da mobilidade interna desde 1950, para depois se incidir nos fluxos, situação na atividade e habilitações dos migrantes entre 2001 e 2021, a nível dos municípios portugueses.

Migrações internacionais e dinâmicas locais

Isabel Tiago de Oliveira (CIES-ISCTE-IULisboa, PT)

A situação atual tem chamado a atenção para importância dos imigrantes oriundos de outros países em diversos aspetos da sociedade portuguesa, com particular destaque para a sua contribuição na força laboral e, por conseguinte, na atividade económica. Facto especialmente notório em alguns territórios de menor dimensão, onde os imigrantes se têm vindo a constituir como uma fonte muito significativa de renovação populacional.

É uma tendência que já se tem vindo a acentuar nas últimas décadas e que, por um lado, contrasta com a longa propensão para a emigração, mas que, em simultâneo, se conjuga com as saídas para o estrangeiro dado que uma parte destas entradas resultam de retorno de ex-emigrantes.

Imigrantes com origem estrangeira e emigrantes regressados são dois fluxos que contribuem para as dinâmicas populacionais locais e que, muito frequentemente têm impactos na população em idade ativa e na população idosa.

Nesta apresentação pretende-se descrever a evolução da presença de estrangeiros na população residente, entre 1950 e 2021, para depois aprofundar a análise da situação nas duas últimas décadas. Para este último período procura-se caracterizar a importância dos fluxos oriundos do estrangeiro, segundo diversas características sociodemográficas (idade, sexo, educação, profissão, emprego/desemprego), distinguindo aqui os dois tipos de entradas: as de imigrantes com origem estrangeira e os regressos de emigrantes portugueses.

O comportamento diferencial destes dois tipos de fluxos em termos de emprego/desemprego, tipo de profissão e/ou situação de inatividade será explorado numa perspetiva territorial considerando os municípios portugueses entre 2001 e 2021.

5.B – Moral, Welfare and Work Management – Sala/room – de reuniões 1

Chair: Paulo Teodoro de Matos (ISCTE-IULisboa, PT)

Work, moral and social norms during the peasant protests in Italy (1880-1900)

Giulio Taccetti (University of Florence, IT)

In the historiography of social conflicts in the countryside, the end of the 19th century, with the beginning of the capitalist process, is regarded as the starting point of the formation of a new type of rural worker, completely uprooted from the customs of the past and more open to the socialist word. This approach ended up focusing the analysis on the political orientation of the struggles and the “structured” and organised forms of resistance (e. g. the strikes), leaving in the background an important set of practices and languages enacted by the subaltern classes.

The intervention will focus precisely on the latter particular forms of peasant resistance. Used published and unpublished sources (kept in Archivio Centrale dello Stato, Archivi di Stato of Mantova, Milan, Palermo, Rovigo), through the reconstruction of the moments of major clashes between rural workers and the landowning class (movement of “la Boje”, 1882-1889, and movement of “Fasci siciliani”, 1893-1894), an attempt will be made to bring to light the internal dynamics of social movements, emphasising the methods of collective action derived from the customary practices of rural hostility.

Using the interpretative aspect from anthropological studies (e. g. Scott, *Weapon of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale UP 1985), the intervention will focus on the analysis of insult, threat and sabotage (often carried out by setting fire to and damaging crops) as instruments used by rural workers for a twofold purpose: on the one hand, to undermine the authority of landowners; and on the other, to legitimise political participation in the broader context of the Italian countryside in the 19th century. The analysis of this complex framework will shed new light on the resistance practices of the rural classes and provide a better understanding of social and labor conflicts in turn-of-the-century Italy.

Portuguese decolonization in Africa, Business failure and chaos management

Maria Eugénia Mata (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Worrying and global risk mean difficult political contingency planning. The associated accommodation of catastrophic business-property loss reveals high contingency backgrounds both for family businesses and large corporations.

This paper presents the historical case study of business investors’ losses in the context of the Portuguese decolonization, in accounting for panic refugee waves, bankruptcies, and destruction of firms.

Impactful shocks on society may be responsible for potential large business losses with huge impact on private wealth, business failure, and possibilities of recovery or survival. Decolonization was not properly a historical surprise for entrepreneurs but forecasting on the timing was difficult for such a political decision.

Blindness toward political global risk can explain contingency and improvisation in the chaos of emergency decisions for handling situations resulting from unexpected events.

The QWEST of the Welfare State: An Index to measure the Universality of Welfare States

Luciano Amaral (NOVA-SBE, Lisboa, PT) | Kleoniki Alexopoulou (Panteion University, Athens, GR)

Universalism is a central topic in the literature on the welfare state. Esping-Andersen (1990) classified welfare states along three categories defined by their degree of universalism: the main criterium to classify each model should be the degree to which they de-commodified labour. Thus, the first category corresponded to the social-democratic welfare states, those taking de-commodification farthest. The second category corresponded to the corporatist welfare state, typical of continental Europe, in which, in opposition to the first one, social support was distributed on the basis previous contributions. And the third corresponded to the liberal one, in which the distribution of benefits was based on means-testing. Some authors have proposed to expand this categorisation to include one further model, that of Southern Europe, based on social contributions, as in the case of the corporatist ones, but in extreme form, leading to a fragmentation of schemes not to be found to the same extent in the classic corporative one (Leibfried, 1992, Castles, 1995, Katrougalos, 1996, Ferrera 1996, Rhodes 1996, and Karpi and Palme 1998).

According to Esping-Andersen (1990) and (1999), and Karpi and Palme (1998), more universal welfare states would produce lower inequality and more favourable social outcomes. But the question is complex, due to several issues. The first is the definition and measurement of universality itself, a topic on which consensus has been difficult to achieve. If consensus is not clear in what concerns the fundamental concept of universalism and how to measure it, then it also becomes difficult to establish if higher or lower universalism is associated with preferable social outcomes. We propose a new measure of universality of the welfare state, in the form of a composite index called QWEST. QWEST is the acronym for “Quality of Welfare State” and it measures the degree of universalism of the different welfare states through seven variables: 1) the size of social spending, 2) the proportion of benefits subject to means-testing, 3) the proportion of social spending that is financed by social contributions or by taxes, 4) the rules of entitlement to social benefits of the most important social programmes, 5) the proportion of private spending in overall Health spending, 6) the proportion of private spending in overall spending on pensions, and 7) the proportion of the population covered by the existing public unemployment, Health, and pensions programmes.

Our results allow us to state that if the famous worlds of welfare capitalism of Esping-Andersen (1990) were clearly identifiable in 1990, they became less so in time: the so-called social-democratic welfare states became less universal, some corporatist welfare states became more so, Ireland and Portugal became more similar to the corporatist systems, both coming either from the liberal model or the southern one, whereas the latter became more universal than the liberal model on average.

5.C – Quotidianos do trabalho – Sala/room – 202

Chair: Paulo Cesar Gonçalves (UNESP, São Paulo, BR)

A presença de açorianos nas charqueadas de Pelotas: estudos de caso de trajetórias de vida no Rio Grande do Sul, c.1750-1830

Milene Anjos (CITCEM-FLUPorto, PT) | Stéfani Hollmann (CITCEM-FLUPorto, PT)

Em fins do século XVIII, os territórios ao sul da América Portuguesa junto à fronteira com a América espanhola foram ocupados por indivíduos de origens diversas que, em geral, buscavam mobilidade socioeconómica. Estes que, além de povoar e manter o território da região Sul da Capitania do Rio Grande de São Pedro, também foram responsáveis por realizar investimentos e dinamizar a economia da região. Paralelamente a esta ocupação territorial, estes indivíduos aplicaram recursos junto às margens do Rio São Gonçalo e do Arroio

Pelotas, onde foram instaladas as primeiras charqueadas na região de Pelotas. Estes investimentos garantiram aos seus proprietários distinção socioeconômica local, regional e potencialmente no Brasil.

Com base na reconstituição dos percursos de vida de açorianos que se instalaram no Rio Grande do Sul, buscaremos traçar algumas trajetórias, observar estudos de caso concretos em mobilidade geográfica como uma tentativa de alcançar ascensão sócio-ocupacional. As fontes históricas analisadas compreendem diferentes tipologias de documentação paroquial, portuguesa e brasileira, tais como registros de batismo, casamento e óbito, através das quais é possível reconstituir os movimentos das redes migratórias familiares. Este estudo contribui para o aprofundamento da literatura sobre a mobilidade e a presença de açorianos no Brasil – mais concretamente junto à fronteira com o Uruguai. Identificamos e apresentamos o histórico da sua trajetória individual e familiar com base em informações de açorianos que se fixaram nessas comunidades. Os resultados demonstram que o uso de dados em encadeamento genealógico de colaboração, entre os registros portugueses e brasileiros (Açorianos e do Rio Grande do Sul), permitem aprofundar a ciência de dados, mas também enriquecer a historiografia existente no campo da mobilidade ultramarina e estratificação sócio-ocupacional.

Charque e o desenvolvimento da pecuária no sul do Brasil: redes transfronteiriças e transnacionais dos charqueadores de Pelotas – RS (1780-1830c.)

Stéfani Hollmann (CITCEM-FLUPorto, PT)

A elite charqueadora que se estabeleceu, em fins do século XVIII, ao sul do Brasil junto à fronteira com a América espanhola, buscou ocupar espaços que possibilitavam a mobilidade social. Estes agentes, foram responsáveis por dinamizar a economia da região, com o estabelecimento de unidades fabris para a produção do charque, além de povoar a região Sul da Capitania do Rio Grande de São Pedro em um momento de definição dos novos limites territoriais. Desta forma, junto às margens do Rio São Gonçalo e do Arroio Pelotas, foram instaladas as primeiras charqueadas na região de Pelotas. Os indivíduos que investiram nesta atividade e impulsionaram o povoamento desta localidade, contribuíram para esta região viesse a se tornar, até o final do século XIX, a principal provedora de carne de todo território brasileiro. Neste contexto, pretende-se apresentar o processo a partir do qual a primeira geração de charqueadores de Pelotas foi responsável pelo aumento da produção de carne a uma escala comercial. Compreender de que maneira o estabelecimento desta atividade econômica na região mencionada contribuiu para o desenvolvimento do mercado interno e a mobilidade dos indivíduos relacionas. Nesse sentido, objetiva-se ainda, compreender em que medida a localização geográfica de Pelotas e das unidades charqueadoras foi determinante para o desenvolvimento socioeconômico destes estancieiros brasileiros. Para além de entender de que maneira contribuíram também para manter a soberania luso-brasileira em territórios fronteiriços e de constante disputa. Para tal, este trabalho foca-se em aspectos que possam ter contribuído para a inserção da capitania nas rotas comerciais luso-brasileiras e transatlânticas, tornando estes mercados dependentes da sua produção. Através da análise de redes como abordagem metodológica, buscar-se-á identificar os percursos coletivos do primeiro grupo de charqueadores que se estabeleceu em Pelotas, no sentido de se compreender os processos que levaram à mobilidade dos indivíduos dentro dos contextos sociais com em que estavam inseridos. Para cumprir este objetivo, as fontes históricas analisadas compreendem diferentes tipologias de documentação paroquial, tais como registros de batismo e matrimoniais, através das quais é possível reconstruir as redes, familiares e clientelares, estabelecidas nesta zona de fronteira.

O cotidiano econômico dos trabalhadores da cafeicultura na fazenda Boa Vista – Ribeirão Preto – SP-Brasil, 1915

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA, BR) | Lélío Luiz de Oliveira (USP, BR)

Os estudos sobre a economia cafeeira no Brasil, notadamente no Estado de São Paulo, abarcam várias frentes que buscam desvendar os meandros do complexo cafeeiro, dentre elas a capacidade de geração de riqueza e a possibilidade de transbordar para outras atividades, o ingresso de capitais estrangeiros e aplicação desses créditos, a implantação da ferrovia e a transição da mão de obra escrava para os imigrantes livres. A passagem do século XIX para o século XX, em São Paulo, indicou uma mudança da área ocupada e do perfil da atividade praticada, necessitando de novos estudos e abordagens. Diante das grandes sínteses, percebe-se a necessidade de novas investigações, de cunho mais aprofundado, sobre o cotidiano das organizações e relações de trabalho, constituídas especialmente nas grandes fazendas de café. Diante do exposto, nosso objetivo é desvendar as relações de trabalho e a dinâmica econômica instituídas na fazenda Boa Vista, sediada no município de Ribeirão Preto (SP), tendo como base o ano 1915. A fazenda em questão tinha uma dimensão de 2.373 alqueires, explorados pela produção de alimentos, criação de bovinos e principalmente pela produção de café. No ano em questão a produção da rubiácea na propriedade teria chegado a 61.193 sacos, aproximadamente. O colonato era a forma mais adotada para a organização do trabalho. A fazenda era dividida em três seções (colônias). Cada família cuidava em média de 6.000 pés de café a 100\$000 cada. Tendo como base a documentação contábil da fazenda, estavam registrados 393 contratos com os trabalhadores, sendo 352 colonos (e seus familiares) e outros prestadores de serviços (fiscais, feitores, camaradas, podadores, carroceiros...). A imensa maioria de contratos eram realizados com homens, identificadas somente quatro mulheres assinando contratos para cuidar do café. Além de brasileiros, origem dos colonos era bastante diversificada, sendo anotados italianos, portugueses, japoneses e eslavos. Os trabalhadores empenhavam suas despesas regularmente junto a Fazenda que no final eram abatidas do valor a receber, que foi anotado em 187:547\$090. De outro lado, o saldo do crédito final auferido pelo conjunto dos trabalhadores teria sido de 292:577\$310. Boa parte obteve um pequeno lucro (contábil) decorrente da produção do café associado a outras atividades, resultado em média 267\$252. Toda a dinâmica da busca de sobrevivência dos trabalhadores resultava em aproximadamente dois salários mensais de saldo após um ano de contrato, cujos valores não eram necessariamente recebidos em espécie, avultando o lucro dos proprietários dos cafezais. O método quantitativo tem norteado a pesquisa. Na medida em que a pesquisa avança os dados serão atualizados.

Comunistas, católicos e a Reforma Agrária: percepções sobre o mundo do trabalho agrícola nos campos do Sul

Manuel Canudo (FCSH-UNLisboa, PT)

Apresentada, por alguns, com energia suficiente para representar uma outra revolução dentro da Revolução Portuguesa (1974-1975), a Reforma Agrária faz agitar a sociedade do Sul do país. Coadjuvam-se nacionalizações de terras, ocupações e expropriações, a formação de «novas unidades de produção», apontamentos de conflitualidade social, progressivas respostas políticas e legislativas, etc., e, no seu contexto, diversas reações manifestam-se no fórum público. No Alentejo, comunistas e católicos interpretam, atuam e interagem na Reforma Agrária: os primeiros, colocam-na como bandeira fundamental da sua política, especialmente após a I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul; já os segundos, sobretudo a partir de julho de 1975, opõe-se-lhe, julgando, todavia, necessário um outro tipo de reforma agrária que não aquela.

Recuperando-se a análise de José Barreto (1994) “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, bem como outros trabalhos de investigação que inquerem os mundos comunista e católico (David I. Kertzer, *Comrades and Christians* (1980)), a proposta que aqui se apresenta faz dialogar a História do Trabalho com a História das Ideias e a Social, enquadrando-se no estudo das ideias e dos processos e relações sociais no âmbito da Reforma Agrária nos campos do Sul. Propõe-se identificar e compreender as formas como comunistas e católicos interpretaram, atuaram e interagiram no processo da Reforma Agrária e, em concreto, destacar a questão do trabalho agrícola, da participação dos trabalhadores na Reforma Agrária e do sindicalismo no cerne dessas perceções. Assim, o principal corpo de fontes que sustenta esta análise é composto por documentação divulgada pelas instituições comunista (o PCP) e católica (Igreja Católica), discursos e publicações de atores comunistas e católicos que atuaram e debateram os processos conhecidos no quadro da Reforma Agrária e, também, trabalhos de natureza jornalística, literária e científica coevos.

6.A – Trabalho e assistência na Misericórdia de Coimbra na Época Moderna – Sala/room – 201

Chair: Ricardo Pessa de Oliveira (IECCPMA/CEG-UAb)

Discussant: Ana Isabel Coelho Silva (FLUCoimbra, PT)

Propõe-se analisar a relação entre o trabalho e assistência na Misericórdia de Coimbra ao longo dos séculos XVI a XVIII, sob duas perspetivas: por um lado, a dos que têm trabalho, ou seja, os funcionários da instituição, que asseguram a concretização das diferentes valências assistenciais, sob a direção da Mesa Administrativa, como a regente, a porteira e a mestra do Recolhimento das Órfãs do Legado de Manuel Soares de Oliveira, ou o porteiro da Casa, associado, entre outras funções, ao socorro aos presos pobres; por outro lado, a dos assistidos, que carecem de socorro precisamente por não terem condições para trabalhar e se sustentar ou por dependerem de terceiros que não as têm, como os mesmos presos pobres, as órfãs do Recolhimento ou os numerosos peticionários de esmolas, que se apresentavam como pobres, indigentes, miseráveis, muitas vezes também doentes. Trabalhadores e assistidos são enquadrados por uma instituição que é simultaneamente de assistência e de controlo social, excluindo do socorro os pobres não cumpridores das normas de conduta moral, e inserida na rede nacional das misericórdias, que singularizam o caso português no domínio da assistência a nível internacional, quer na cronologia em apreço, quer posteriormente.

Livrar-se debaixo da bandeira da Santa Casa: a Misericórdia de Coimbra e a assistência aos presos na Época Moderna

Ricardo Pessa de Oliveira (IECCPMA/CEG-UAberta, Lisboa, PT)

A assistência aos presos esteve presente no quotidiano das misericórdias desde sempre. O número de privilégios régios concedidos a estas instituições relacionados com a matéria aponta para o primado que as Santas Casas alcançaram na ajuda aos presos necessitados, numa época em que o sistema em vigor não fornecia alimentação, cuidados de saúde, vestuário ou qualquer apoio jurídico aos que se encontravam detidos a aguardar sentença. Acresce que para se sair da prisão era necessário pagar a carceragem e o alvará de soltura, custas que aqueles que nada tinham não conseguiam satisfazer, tendo de recorrer a esmolas de particulares e, sobretudo, à Santa Casa local. A de Coimbra, fundada em 1500, não constituiu exceção, tendo-se empenhado no socorro espiritual, corporal e jurídico aos presos necessitados, considerados merecedores de ajuda institucional. Conforme determinado pelo compromisso nenhum preso podia ser admitido ao rol da Casa sem justificar por duas testemunhas a sua situação de pobreza e de desamparo, informação que devia ser registada em livro próprio. No arquivo desta Santa Casa conservam-se dois desses livros de inquirições de

presos que desejaram ser admitidos ao rol da Casa. Preservam-se ainda petições de detidos que solicitaram o apoio da Misericórdia, livros de receita e despesa dos visitantes dos encarcerados, bem como documentação avulsa relativa à mordomia dos presos. Com base nessas fontes, mas também em livros de acórdãos da Mesa e do Definitório, pretende-se estudar a atuação da irmandade neste domínio, procurando analisar os moldes em que se processou o socorro aos presos, os entraves que a instituição teve de enfrentar, avaliar a despesa com esta atividade caritativa, que também passou pelo pagamento de ordenados a trabalhadores com responsabilidades neste domínio, como o porteiro da Casa, e caracterizar o universo dos socorridos, procurando, em última análise, averiguar se a assistência aos encarcerados constituiu prioridade para a instituição.

O Recolhimento das Órfãs da Misericórdia de Coimbra (1701-1799)

Beatriz Rodrigues Cabral (UCoimbra, PT)

Inaugurado em 1701 graças ao legado de Manuel Soares de Oliveira, o Recolhimento da Misericórdia de Coimbra acolheu continuamente ao longo do século XVIII órfãs pobres e casadoiras. Nele costumavam permanecer 4 anos enclausuradas, durante os quais se lhes garantia alojamento, mesada e instrução. A passagem destas órfãs pelo recolhimento tinha fundamentalmente três objetivos: 1) preservar e certificar a sua honra através da imposição de clausura e disciplina; 2) transmitir-lhes valores e ensinamentos domésticos, morais e religiosos necessários ao papel de boas filhas, esposas e mães; 3) e devolvê-las à sociedade com melhores possibilidades de integração e subsistência, motivo pelo qual se lhes oferecia um dote de 80 mil réis à saída, para que atraíssem noivo e casassem. Casadas, ficavam mais aptas a escapar da miséria e da degradação moral. Em 1799, a ruína deste legado obrigou a Mesa a suspender a admissão das órfãs. Mais tarde, quando voltou a admiti-las, o recolhimento foi assimilado pelo Colégio de S. Caetano, destinado à educação de meninas e meninos órfãos. Esta educação já visava mais a obtenção de um trabalho do que de um casamento. Através da análise das petições das órfãs, dos livros das entradas na instituição e do livro das visitas, foi possível traçar o perfil desta população feminina, os seus ritmos de entrada na instituição assim como um pouco do seu quotidiano no século XVIII. Mais interessante é partilhar o que resultou de outras questões colocadas. Por um lado, analisaram-se os autorretratos concebidos pelas órfãs nas suas petições, na medida que estes irradiam os traços da exemplaridade feminina digna da aprovação institucional. Por outro, explorou-se a realização de casamentos dentro do recolhimento, ainda antes dos 4 anos de internamento terem findado, noivo e noiva separados pela grade da casa do despacho. Traçou-se ainda o perfil das oficiais da casa, regente, porteira e mestra, frequentemente pobres envergonhadas, cujo trabalho era remunerado.

A atribuição de esmolas pela Santa Casa de Coimbra e o cumprimento das obras corporais de misericórdia (séculos XVII-XIX)

Ana Margarida Dias da Silva (CHSC-UCoimbra, PT)

Com a atribuição de esmolas a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra cumpria a maioria das obras de misericórdia corporais: 1ª “Dar de comer a quem tem fome”, 2ª “Dar de beber a quem tem sede”, 3ª “Vestir os nus”, 4ª “Dar pousada aos peregrinos”, 5ª “Assistir aos enfermos”, 6ª “Visitar os presos” e 7ª “Enterrar os mortos”. A partir das petições de esmolas conservadas no Arquivo da Misericórdia de Coimbra, é possível retratar os esmolados e as memórias traumáticas de quem se via em “grande pobreza” ou “extrema pobreza”, “com fome”, “carecendo de vestuário”, “padecendo graves moléstias” e “grandes necessidades”, “sem ter meios alguns de subsistir”, com “vergonha” e em “grande infelicidade”. Os próprios, na primeira pessoa, fornecem a imagem que tinham de si: caracterizam-se como “pobres” ou “muito pobres”, “indigentes”,

“miseráveis”, “muito doentes”. Requerer uma esmola era um recurso de pobres, utilizado sempre que a conjuntura a isso os obrigava. As petições de esmolas revelam a dor daqueles que não tinham o que vestir, o que comer, com que tratar as moléstias, com que pagar a casa, daqueles cuja incapacidade para trabalhar lhes impossibilitava o sustento individual e o das suas famílias, daqueles que viviam em “indizível miséria” e passavam “indizíveis necessidades”. Nas petições, surge o pobre que é “desgraçado e triste” e cujos relatos deixam perpassar sentimentos de infelicidade e impotência. As súplicas chegavam à Santa Casa através de petições ou requerimentos dirigidos ao provedor e mais irmãos da Misericórdia. A expressão “infinitas petições” utilizada frequentemente pelos escrevões da Casa revela o volume de requerimentos recebidos nos momentos de distribuição massiva de esmolas e é bem elucidativa da dimensão caritativa que este recurso supunha. O objetivo do presente trabalho, e a partir das informações registadas nas petições de esmolas entre os séculos XVII e XIX, é caracterizar os pobres conimbricenses que recorriam à Santa Casa para obter uma esmola.

6.B – Work and inequalities II – Sala/room – de reuniões 1

Chair: Filipa Ribeiro da Silva (IISH, The Netherlands)

Gender and inequality in the enumerators of the captaincy of São Paulo (Brazil, 1765-1775)

Isa Moreira Liz (CIDEHUS-UÉvora, PT)

For around one century, the population of the captaincy of São Paulo was recorded in nominal lists, also known as enumerators. These manuscripts give information on household, individual names, gender, ethnicity, social condition, age, occupation, marital status, and assets, depending on the year. There are few demographic studies based on these sources, mostly related to a general perception of the colonial territory. Based on a quantitative analysis, I will focus on any possible data related to economic activities women could have had during this period, but also to perceive information on gender issues and economic inequality in freguesias, vilas, termos and its surroundings within the captaincy of São Paulo, in 1765 and 1775.

The Scientific Organization of Labor in Interwar USSR: The case of Red Triangle rubber factory

Alexandros Doulkeris (Athens School of Fine Arts, GR)

This paper attempts to examine the scientific way of organizing labor during the interwar period in the USSR in relation to female labor. Specifically, it focuses on the case of the Red Triangle, a Leningrad rubber factory.

Red Triangle was decided to adopt the methods of scientific organization of work between 1925-1926 to achieve the goal to expand production while maintaining the same facilities. At the same time, a special department was set up for the Scientific Organization of Labor. The department was called upon to implement the goal of increasing productivity, to facilitate physical labor through the mechanization of production, and to improve the division of labor.

But it is intriguing to consider what was the attitude of female workers towards the new forms of work organization. Were they positive or did they have concerns, and what were they? What methods were used to help them accept the new system? Finally, to what extent did the scientific organization of work affect them?

In the attempt to answer the above questions, the newspapers published by the workers themselves, written testimonies, and other archival materials such as minutes of women's assemblies will be used.

Unprotected and Unpaid: Invisible Motherhood in the U.S. and a necessity for change

Natalia Starostina (Oklahoma City University, USA)

Motherhood in the US is the understudied theme in scholarship. Historically, American feminist movement focused on voting rights for women and emphasized the needs of white middle-class women; the everyday struggles of mothers were not its emphasis. When popular culture represents the glorified, sentimental portrayal of motherhood, it hushes over the crisis of American motherhood as no longer sustainable for women. The U.S. is the only country in the developed “first” part of the world that does not offer universal mandatory health insurance nor maternity leave. COVID-19 had exacerbated trials of women: for women who were employed in academia had to switch to online teaching while taking care of their children during lockdowns. In the broad context of the crisis of American child care and unsustainable practices behind motherhood in the US, urgent measures must be taken to help mothers. There must be a legal protection for them from being fired the first (and it is the common practice in American corporate culture to fire women with children first; unlike in many other countries, motherhood is only a liability in the US.) There must be growing awareness of all kinds of legislative measures, financial support, and a deep commitment to help mothers who have children with special needs; such women, everyday heroes, must remain fully integrated in the fabric of political, social, economic and cultural life. My presentation is based on several sets of data. First, it is fifteen interviews, a part of two service-learning projects which students have done in two my undergraduate courses: one of assignments in the course was to interview the female faculty and female staff in Oklahoma City University. Second, it is based on data analysis of several groups on social media, including Oklahoma Autism Parents Support group, DFW Autism Support Group, and others. Third, it is also based on my autoethnographical reflection of raising my son with special needs in Oklahoma. The findings of my paper will emphasize that it is necessary to tie together the experience of mothers with children with and without exceptionalities.

6.C – Mulheres e trabalho – Sala/room – 202

Chair: Sara Pinto (CITCEM-FLUPorto, PT)

A participação das mulheres nas corporações de ofícios e no comércio do Porto no Antigo Regime

Ana Mafalda Lopes (ICS-ULisboa/IEM-NOVA-FCSH, Lisboa, PT)

Nas últimas décadas, vários estudos nacionais e internacionais salientaram a participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, no que diz respeito às corporações de ofícios, não existe para Portugal um estudo que examine os seus regimentos do ponto de vista das oportunidades concedidas às mulheres, nem das limitações à sua atividade, embora tivessem destacado o papel que as viúvas tiveram na loja após a morte do marido. Estudos sobre a França, Holanda e Alemanha identificaram cinco tipologias de corporações de ofícios, nomeadamente aquelas que excluía as mulheres; corporações apenas femininas; corporações mistas; e corporações masculinas, distinguindo aqui aquelas que reservavam ou não direitos às viúvas (Lanza 2007; Schmidt 2009; Ogilvie 2019). No Porto, também as corporações de ofícios obedeciam a estas tipologias, sendo na sua maioria corporações masculinas que reservavam nos seus regimentos capítulos sobre as

condições nas quais as viúvas podiam continuar na loja dos seus falecidos maridos, tendo sido impostas algumas limitações que se compaginam com a tendência europeia.

No entanto, quando comparámos a inserção das mulheres nos vários setores de atividade, verificamos que quanto mais regulada a atividade fosse, mais limitada seria a sua ação. Se no século XVIII, a atividade de artesanato (onde se incluíam as fiadeiras) tinha um lugar cimeiro entre as atividades das mulheres, na transição para o século XIX verificou-se uma tendência para se destacarem no comércio retalhista. A atividade feminina ficou marcada por normas sociais, sendo a noção de honra determinante no exercício de determinadas ocupações, e havendo uma hierarquização bem definida nas ocupações femininas com maior ou menor prestígio social.

Neste sentido, utilizámos para este estudo 36 regimentos das corporações de ofícios da cidade do Porto; os livros de décimas sobre o maneio de 1764, 1774 e 1784 e as contribuições extraordinárias de 1808; petições dos livros de vereações da câmara do Porto e das consultas lavradas do Desembargo do Paço; e legislação camarária e do reino. Deste modo, pretendemos analisar de que forma as mulheres se inseriram nas corporações de ofícios e em que setores de atividade estiveram envolvidas, comparando as oportunidades oferecidas às viúvas, solteiras e casadas.

Gestão e administração patrimonial: o caso das senhoras de Ançã na segunda metade do século XVIII

Leonor Salguinho Ferreira (CHSC-FLUCoimbra, PT)

No século XVIII a ideia de mulher relegava-a à posição de mãe, esposa e governadora da casa, tanto nos estratos mais elevados da sociedade, como nos mais baixos, apesar de nestes a precariedade material e económica tornasse o trabalho da mulher inegavelmente essencial para a sobrevivência da própria e da casa-exploração.

A análise das escrituras notariais do concelho de Ançã no período entre 1750 e 1800 permite-nos conhecer o papel das mulheres, das mais ricas às mais pobres, nas dinâmicas patrimoniais e sociais do espaço em que se inseriam. Tendo em conta a vantagem social e económica de que usufruíam as mulheres de “boas famílias” em relação às mulheres de estratos sociais mais desfavorecidos, não seria justo serem incluídas na mesma análise. Porém, ricas ou pobres, encontramos as mulheres nas escrituras, sendo possível reconhecer várias formas de trabalho indireto, ou seja, de mulheres que trabalhavam sem ver a sua atividade reconhecida como lavoura.

Esta realidade é patente no caso das senhoras de “boas famílias” que, com a viuvez, se viam obrigadas a encabeçar a manutenção das dinâmicas patrimoniais que faziam sobreviver a Casa, razão pela qual surgem nesta documentação, não só a conceder doações e a escrever testamentos, mas também a fazer aforamentos, compras, vendas e arrendamentos de propriedades várias.

Desta forma, pretende-se trazer à luz o trabalho de administração patrimonial de que eram protagonistas as senhoras do concelho e vila de Ançã, na segunda metade do século XVIII, usando como base documental as escrituras notariais lavradas no Cartório Notarial de Ançã.

Sair da clausura: as religiosas nos hospitais portugueses do período moderno (século XVII)

Carolina Bessa (UMinho, PT)

Esta comunicação pretende analisar os processos de autorização régia de saída de religiosas da clausura na segunda metade do século XVII. Durante a Idade Moderna, e sobretudo a partir do Concílio de Trento (1545-1563), a vida das religiosas estava marcada pela clausura obrigatória. Isoladas do mundo exterior, suas vidas terrenas estavam confinadas às quatro paredes do convento. O processo para sair da clausura por motivos de doença obedecia um apertado escrutínio não só por parte da comunidade conventual, como também do prelado e do pontífice ou do núncio apostólico. No entanto, a partir da segunda metade do século XVII, as religiosas que desejavam beneficiar das propriedades terapêuticas das águas termais no hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, precisavam de obter licença régia. Auxiliado pelo tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e com base em pareceres prévios, o monarca podia autorizar ou negar a saída das religiosas da clausura para fins terapêuticos; tratava-se de um expediente longo e custoso, resultado de anos de censura da Igreja sobre o corpo das religiosas.

Com base na análise minuciosa das consultas da Mesa da Consciência e Ordens, esta comunicação visa demonstrar o lugar da mulher, no geral, e das religiosas, em particular, na sociedade da época moderna. Enclausuradas, as freiras enfrentavam uma série de dificuldades para conseguir se tratar fora do convento. Seu lugar enquanto indivíduo, por vezes, ficava em segundo plano ao ser vista somente como “esposa de Cristo”. Submissa, dependia da deliberação de homens desconhecidos que decidiam sobre a sua saúde. O cotejo das informações das consultas da Mesa da Consciência e Ordens com os livros de admissão de doentes no hospital das Caldas permitirá perceber quem eram estas mulheres, de onde vinham, quais as doenças de que padeciam, quanto tempo permaneceram no hospital e, sobretudo, a que processos burocráticos tiveram de se sujeitar para conseguir sair da clausura. Além disso, as informações coletadas permitirão perceber as vivências destas mulheres fora dos muros dos seus conventos, aspeto, até ao momento, pouco explorado pela historiografia.

A vivência da morte na cidade de Braga e seu termo numa perspetiva de género (finais do século XVI e XVII)

Belchior Lopes (UMinho, PT)

Esta comunicação visa analisar a temática da morte através de uma perspetiva de género. Usando como casos de estudo os registos paroquiais de óbito de cinco paróquias bracarenses (uma na cidade – São João do Souto – e quatro no seu termo – Arentim, Tebosa, São Pedro de Este e Tenões) entre os finais do século XVI e o século XVII, procura-se analisar as escolhas dos géneros no tratamento da morte, no que diz respeito ao local de enterramento, missas, redação de testamentos, uso de tumbas, indumentária post mortem, sacramentos, obras, ofícios, entre outros aspetos. A presente comunicação chamará à colação outras categorias de análise como, por exemplo, o estatuto social (pobres, cidadãos e altos cargos administrativos) de homens e mulheres, com vista a apurar de que forma influenciaram as escolhas dos defuntos. Além disso, abordaremos as potenciais diferenças nos rituais da morte tendo em conta, não só a perspetiva do género, mas também a geografia. O objetivo trata-se de ler os rituais da morte através da perspetiva do género e descortinar possíveis diferenças consoante a área de residência e o estatuto social dos defuntos.

6.D – Comportamentos populacionais e trabalho – Sala/room – 203

Chair: Maria João Silva (CITCEM-FLUPorto, PT)

A demografia do Porto no início da Idade Moderna

Fabiano Ferramosca (FLUPorto, PT)

O início do século XVI representa um período de grande pujança e dinamismo do ponto de vista económico e cultural em Portugal, acompanhado por um forte crescimento da população que inverteu o que tinha sido a tendência de contração demográfica das duas centúrias anteriores. No entanto, são escassas as fontes existentes com dados demográficos que permitam efectivamente conhecer os valores reais da população. Para o Porto existe uma fonte que irá ser utilizada neste estudo para procurar colmatar essa lacuna. Assim, nesta comunicação pretende-se estudar a demografia do Porto no início da Idade Moderna utilizando como fonte principal “O Livro da Abertura da Rua das Flores” (de 1521-1527); esta fonte fiscal, foi criada para registar o lançamento de um imposto para o pagamento das obras de construção de uma nova rua. Neste livro, a cidade está dividida em quinze circunscrições e em cada circunscrição, os habitantes estão divididos em três categorias diferentes: os contribuintes que pagam o imposto (que por sua vez estão subdivididos entre contribuintes que pagam o valor inteiro e os cabaneiros que pagam apenas metade pelos seus poucos recursos), os isentos por pobreza (eram tão pobres que não tinham quaisquer recursos financeiros) e os isentos por serem cidadãos da cidade (eram privilegiados ficando livres de ter de pagar este imposto). Este estudo irá procurar quantificar a população registada da cidade do Porto quer nas suas diversas circunscrições fiscais, quer na globalidade, fazendo também a análise quantitativas dos três grupos fiscais segundo essas divisões; esta metodologia irá permitir detetar disparidades de riqueza e povoamento nas diferentes partes da cidade. Finalmente, comparando os valores pagos pelos contribuintes com tabelas de salários e bens, é mostrado o peso que o imposto tinha no orçamento doméstico.

Mão de obra assalariada, vilas do Tejo interior, séc. XVIII, trabalho e mercado

Ana Paredes Cardoso (CIES-ISCTE-IULisboa, PT)

Nesta comunicação apresentamos a estrutura ocupacional de quatro vilas portuárias do Tejo Interior a saber: Vila Velha Ródão; Abrantes; Constância e Santarém, para os anos de 1766 a 1769.

Partimos de uma abordagem da micro-história com a convicção de que as respostas locais possam responder a perguntas gerais.

Fazemos um levantamento das atividades económicas tributadas e dos níveis de rendimento de cada uma das comunidades em estudo com base na leitura do imposto da Décima.

Com estes retratos objetivamos, em primeiro, avaliar o grau de especialização do trabalho em demanda de solicitações internas e/ou externas. Depois, identificar normais sociais a partir dos grupos assalariados, dos quais se destaca, como diferenciador de vila para vila, o trabalho feminino.

Concluimos, deste modo, se estes retratos do universo do trabalho estavam relacionados com os mercados e que mercados eram esses?

O açúcar brasileiro no estuário do Douro: importações, consumo e agentes (1762-1807)

Lélio Luiz de Oliveira (USP, BR) | Renato Leite Marcondes (USP, BR)

Neste trabalho ampliamos o entendimento da dinâmica das importações portuguesas de açúcar desde a criação do Erário Régio em 1761 até o início do século XIX, enfatizando não apenas os volumes, mas também o

consumo em Portugal e a reexportação. Os agentes no Porto serão destacados para observar a concentração dos negócios. Para tanto utilizamos como base as chegadas do produto ao Porto, compreendendo os registros alfandegários do Cais, Ementa, Receita do açúcar e complementados pelos informes das balanças de comércio e Mapas de comércio, depositados na Torre do Tombo e outros arquivos portugueses. A comparação e combinação de diferentes fontes permitem-nos obter informações mais seriadas e aprofundadas desse comércio, inclusive conhecer os agentes situados no Porto. Tal análise procura quando possível estabelecer comparações com os registros de Lisboa, pois para essa praça ainda faltam dados para vários anos. Identificamos as proporções do produto originadas dos portos brasileiros. Os microdados concernentes à tributação específica sobre o açúcar notadamente no Erário Régio, a princípio, revelaram que os três principais portos brasileiros mantiveram participações bastante estáveis na maior parte do período em análise, sabendo-se que no conjunto a Bahia forneceu 42,1% dos açúcares, Pernambuco 29,9% e o Rio de Janeiro 25,8%. Na maior parte do tempo o açúcar pernambucano consistia na quase totalidade de branco, o baiano dividia-se de forma quase equivalente entre mascavado e branco, e o carioca apresentava diferenciação de qualidade intermediária. Ao analisar pelo destino, na praça do Porto, a Bahia era o principal destinatário até a década de 1780, sendo que posteriormente o Rio de Janeiro assumiu a liderança da oferta, e finalmente Pernambuco não alcançou nem um quarto do total em todo o período. Em bases comparativas, Lisboa recebia as maiores quantidades das três praças coloniais e de forma mais equilibrada. As quantidades importadas. Ao levar em conta os levantamentos dos anos em que há dados tanto para o Porto quanto para Lisboa, sabemos que essa primeira localidade importou pelo menos 9.600.000 arrobas de açúcar, enquanto que a segunda importou 23 milhões de arrobas. Os valores foram crescentes e variáveis no decorrer do período analisado. Para se ter uma ideia, o Porto teria importado em 1762 139.000 arrobas, em 1782 700.000, e em 1798 650.000, aproximadamente. Em média 420.000 arrobas. Em contrapartida, ingressou em Lisboa em 1761 585.000 arrobas, em 1781 1.200.000 e em 1798 1.150.000. Por fim, destacamos os principais negociantes de açúcares da praça do Porto, bem como os seus volumes de açúcar negociados e valores arrecadados na alfândega. Os métodos tradicionais de história econômica em fontes em fontes tributárias seriadas nortearam a nossa pesquisa. Na medida em que a pesquisa avança os dados serão atualizados.

A população do concelho de Fafe: comportamentos demográficos diferenciais segundo o status socioprofissional - 1700-1900

Milene Anjos (CITCEM-FLUPorto, PT)

O estudo da relação entre as estruturas demográfica, social e económica de uma população, possível pela observação das ocupações profissionais dos indivíduos, constituem um indicador fundamental para identificar e descrever comportamentos demográficos diferenciais. Esta comunicação tem como objetivo examinar, numa perspetiva longitudinal, o impacto de indicadores socio-ocupacionais no quadro demográfico e na mobilidade dos indivíduos do concelho de Fafe, entre 1700 e 1900. O município de Fafe não foi alheio ao processo de urbanização que transformou a sociedade europeia no final de Oitocentos. O crescimento dos níveis de mobilidade aliado à evolução demográfica e à expansão territorial impulsionaram o processo de secularização da sociedade e o dinamismo socioeconómico do concelho.

O universo em estudo parte de banco de microdados demográfico-genealógicos, composto pela reconstituição biográfica de cerca de 170.000 indivíduos que compõem cerca de 50.000 famílias. Os registos paroquiais (nascimento, casamento e óbito) constituem as principais fontes documentais que, com base na reconstituição e acompanhamento dos percursos de vida (individuais e coletivos), permitem esclarecer: qual a importância do status socioprofissional? Quais as características sociodemográficas diferenciais da população do concelho de Fafe? Quais os grupos ocupacionais mais e menos móveis?

Curriculum Vitae

(ordem alfabética, pelo primeiro nome)

Adelaide Freitas (CIDMA/DMat-UAveiro, PT)

Doutorada em Matemática pela Universidade de Aveiro, Professora Associada no Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações (CIDMA) onde tem desenvolvido investigação na área de análise multivariada, estatística aplicada, teoria de valores extremos e educação estatística.

Adriane de Lima Penteado (UTFPR-Paraná, BR)

Pedagoga pela UEPG. Especialista em Educação Especial e em Gerontologia pela UEPG. Especialista em Metodologia do Ensino Tecnológico pela UTFPR. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Doutora em Educação pela PUCPR. Docente do tem Educação na contemporaneidade e suas demandas do Programa de Desenvolvimento Profissional Docente da UTFPR. Membro do Grupo de Pesquisa O direito à educação na contemporaneidade-neomeritocracia e novas desigualdades, do PPGE da PUCPR. Membro da AFIRSE Portugal. Experiência profissional docente na Educação Infantil, Básica e Superior. Experiência profissional docente na educação básica e superior. Pedagoga na UTFPR há 29 anos.

Albano Veiga Viseu (CITCEM-FLUPorto, PT)

Natural de Ervedosa do Douro, onde fez a Escola Primária, tendo realizado Estudos Secundários em Viana do Castelo. Licenciatura História, FLUP, 1978; Master Antropologia Social e Cultural, USC, 2003 (As Memórias do Estado Novo no espaço rural - estudo antropológico de um tempo histórico na freguesia do Romeu); Doutoramento História, FLUP, 2007 (Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes - Coleja, Cachão e Romeu - ao tempo do Estado Novo). Historiador e investigador integrado no CITCEM (Grupo Populações e Saúde), professor de História aposentado. Livros publicados: O Alfaiate de Mirandela, 2012; A Simbologia das Palavras: os sentidos implícitos nas canções de Zeca Afonso, 2014; Desenvolvimento da periferia transmontana: a Casa Menéres e a Linha do Tua, 2016; coautor A Linha do Tua (1851-2008), 2015, e Memória Oral e História do Vale do Tua: materiais de um projeto, 2016.

Alexandros Doulkeris (Athens School of Fine Arts, GR)

Ph.D. student at the Athens School of Fine Arts. My thesis is co-supervised by the Athens School of Fine Arts, the Kapodistrian University of Athens, and New York University, and examines the aspects of women's work in interwar Leningrad's industry. The thesis is based on archival material coming from the Saint Petersburg State Archives. I am interested in women's labor history and the economic history of Europe and Soviet Russia. My post-graduate thesis was about women's role during the Paris Commune. On several occasions recently, I have presented my work on Soviet women, their wages, working and free time, education level, and political life. I have taught European history for a semester at the Athens School of Fine Arts.

Álvaro Ferreira da Silva (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Álvaro Ferreira da Silva has a PhD in History from the European University Institute (Florence) and is an Associate Professor at Nova School of Business and Economics (Lisbon). His current research spans through different fields: business groups in historical perspective, risk management in international business, and the history of infrastructures. He published in journals such as *Business History*, *Business History Review*, *Technology and Culture*, *Journal of Political Power*. He is currently an elected member of the European Business History Association's Council. Latest publications: "Portugal: Changing Environment and Flexible Adaptation" (2018, book chapter), "The 'script' of a new urban layout: mobility, environment and embellishment in Lisbon (1850-1910)" (2019, *Technology and Culture*), "Electric power industry: experiments in international business" (2019, book chapter), "Thirsting for efficiency: technological and transaction-cost explanations for the municipalisation of water supply" (2020, book chapter), "The paradox of nationality: foreign investment in Portuguese Africa (1880-1974)" (2022, *Business History*).

Ana Isabel Coelho Silva (FLUCoimbra, PT)

Ana Isabel Coelho Silva nasceu no Alto Alentejo, em 1982. É licenciada em História (2004), especializada em Ciências Documentais, vertente Arquivo (2006) e doutorada em História Contemporânea (2018), com a dissertação intitulada *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina à prática no Alto Alentejo, em todos os casos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. É professora auxiliar convidada da mesma Faculdade, desde 2020, lecionando no Mestrado em Património Cultural e Museologia e na Licenciatura em História. Enquanto técnica superior do Município de Ponte de Sor (desde 2009), desempenha funções nos domínios da história e do património, tendo sido responsável pela criação do Arquivo Histórico e do Museu Municipais. É investigadora integrada do CEIS-20/UC e investigadora colaboradora do CHSC/UC. Tem publicadas algumas monografias, capítulos de livros e diversos artigos nos campos da história da assistência e da saúde e da história local, principais áreas de interesse e investigação.

Ana Isabel Lopes (CITCEM-FLUPorto, PT)

Licenciada em História e Mestre em História e Património (especialização em Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente, é investigadora colaboradora do CITCEM e bolseira de investigação no âmbito do seu doutoramento sobre as alterações costeiras do noroeste de Portugal, entre os séculos XVI e XIX. A sua investigação tem como principais temáticas as questões de vulnerabilidade, resiliência e adaptação das comunidades costeiras e das instituições, face a invasões de areia, e a exploração dos recursos marinhos, ao longo das Épocas Moderna e Contemporânea no Noroeste de Portugal.

Ana Mafalda Lopes (ICS-ULisboa/IEM-NOVA-FCSH, Lisboa, PT)

Fui bolseira do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: *Mudança e Continuidade num Mundo Global (PIUDHist)*, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT). Estou a terminar o meu projeto de doutoramento "*Viúvas e Viuvez no Porto na Época Moderna (1700-1832)*", sob a orientação do Doutor Nuno Gonçalo

Monteiro e da Doutora Isabel dos Guimarães Sá, e sou colaboradora do projeto ERC VINCULUM, coordenado pela Doutora Maria de Lurdes Rosa (IEM-NOVA FCSH). Fiz a licenciatura e o mestrado em História pela Universidade do Minho, em 2014 e 2017, respetivamente. O meu domínio de especialização é a História Moderna, tendo estudado no mestrado rituais de luto e literatura consolatória nos séculos XV e XVI. Atualmente as minhas áreas de interesse são a história social e económica, e a história de género e da família, centrando-me no estudo do Antigo Regime em Portugal.

Ana Margarida Dias da Silva (CHSC-UCoimbra, PT)

Ana Margarida Dias da Silva é Doutorada em Ciência da Informação (FLUC), Mestre em História Contemporânea (FLUC), Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, área de especialização em Arquivística (FCSH-UNL) e licenciada em História, variante de História da Arte (FLUC). Atualmente, é técnica superior no Arquivo do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Desde 2004, trabalhou em arquivos públicos e privados da cidade de Coimbra, nomeadamente, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e Arquivo da Venerável da Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da cidade de Coimbra.

Ana Paredes Cardoso (CIES-ISCTE-IULisboa, PT)

Ana Paredes Cardoso é licenciada em Estudos Portugueses e mestre em História da Arte Portuguesa, pela Universidade do Algarve. Entre 2006-2016 colaborou na imprensa regional enquanto cronista, a mapear e a legendar o património material e imaterial do Médio Tejo. Prestou serviços às autarquias no âmbito da investigação e salvaguarda do património histórico, donde resultaram comunicações, exposições e títulos publicados. Dentre esses destacam-se Centro Histórico de Abrantes: património edificado, onde percorreu sobre a evolução das formas urbana e arquitetónica, e um conjunto de monografias aldeanas, procurando fixar a história de povoações com poucos registos escritos. Presentemente está a concluir o curso interuniversitário de doutoramento em História (PIUDHist) com uma tese intitulada *As Dinâmicas Socioeconómicas das Vilas Portuárias do Tejo no Século XVIII*.

Ana Sofia Ribeiro (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Ana Sofia Ribeiro é Investigadora Auxiliar na Universidade de Évora, membro do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade. Doutorou-se em História na Universidade do Porto (2011). Os seus interesses de investigação relacionam-se com o comércio e finanças no mundo Ibérico dos séculos XVI e XVII, violência e crime em Portugal do século XVIII, humanidades digitais, história económica dos impérios ibéricos, economias informais, dinâmicas de cooperação e concorrência. É autora de vários artigos científicos e dos livros *Convívios Difíceis: viver, pensar e sentir a violência no Porto de setecentos* (Afrontamento, 2011) e *Early Modern Trading Networks in Europe. Simon Ruiz and Cooperation* (Routledge, 2016).

Beatriz Fernández de Castro (UCádiz, ES)

Beatriz Fernández de Castro é licenciada em História pela Universidade de Cádiz, onde também concluiu o mestrado em Género, Identidades e Estudos de Cidadania. Desde 2019, é membro do grupo de investigação Género e História HUM-306 na mesma universidade. Tem actualmente um contrato de pré-doutoramento para Formação de Professores Universitários do Ministério das Universidades na área da História Contemporânea e está a desenvolver a sua tese sobre mulheres artistas durante os últimos anos do regime de Franco e da Transição Espanhola. As suas linhas de investigação são a História das Mulheres na arte espanhola do século XX e as relações estabelecidas entre as mulheres artistas e os movimentos sociais contemporâneos.

Beatriz Rodrigues Cabral (UCoimbra, PT)

É licenciada em História (2014) e Mestre em História Moderna (2017) pela Universidade de Coimbra. Formou-se igualmente como professora de História do 3o ciclo e do Secundário na Universidade Nova de Lisboa (2020), tendo já lecionado. Enquanto historiadora, tem-se dedicado sobretudo ao estudo das comunidades monástico-conventuais bem como da clausura feminina laica. Defendeu a dissertação de mestrado O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831) e publicou alguns estudos, nomeadamente no Archivo Ibero Americano e na obra O Bom Jesus de Porto de Mós. Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834. Trabalhou igualmente na Embaixada de Portugal em Marrocos (estágio PEPAC-MNE) e, mais recentemente, na Comissão Europeia (estágio Blue Book). Está atualmente envolvida num projeto de investigação acerca da História da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.

Belchior Lopes (UMinho, PT)

Belchior Lopes é licenciado em História pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (2020) e, atualmente, cursa o segundo ano do mestrado na mesma instituição, centrando os seus estudos em volta do fenómeno da morte e as atitudes perante esta. Conta com a publicação de um artigo intitulado "Os ritos fúnebres dos membros da Casa Real portuguesa (séculos XIV-XVII): mudanças e continuidades", bem como a participação em alguns eventos científicos.

Bruno Lopes (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Bruno Lopes é investigador contratado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, desde 2023. Anteriormente, foi investigador contratado do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2022-2023). É membro da Direção da Associação Portuguesa de História Económica e Social (desde 2021).

É doutor europeu em História no âmbito do PIUDHist, pela Universidade de Évora (2021), tendo concluído uma tese intitulada «Os pilares financeiros da Inquisição portuguesa (1640-1773)». A sua área principal de trabalho é a Inquisição portuguesa, tendo publicado diversos trabalhos acerca das estruturas de funcionamento desta instituição, com ênfase na abordagem financeira, mas também nas aproximações entre este tribunal e os grupos sociais intermédios.

Carla Sequeira (CITCEM-FLUPorto, PT)

Carla Sequeira. Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigadora contratada da FLUP, a exercer funções no CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), com um projecto sobre Marcas Comerciais e Denominações de Origem na vitivinicultura portuguesa. A sua área de especialização situa-se no âmbito da História económica, social, institucional e política do Alto Douro na época contemporânea. É membro da Comissão Editorial de História: Revista da Faculdade de Letras do Porto e membro da Direcção Executiva, como Editora Chefe, de «Rivar: Revista Iberoamericana de Viticultura, Agroindustria y Ruralidad». Ciencia Vitae: B512-24D8-06A9.

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA, BR)

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), atualmente desenvolve Pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Faz parte da faculdade de História - ICH da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor de pós-graduação, Mestrado Profissional em Rede de Ensino de História (ProfHistoria). Professor do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Foi bolsista do CNPq, FAPESP e CAPES. É presidente da ANPHU-Pará, 2023-2024. Autor do livro "História da cafeicultura em Ribeirão Preto, rede de negócios e o crédito agenciado pelo empreendedor Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915)" 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021.

Carlos Manuel Faísca (CEIS20-UCoimbra, PT)

Carlos Manuel Faísca é Investigador Auxiliar do Centro de Estudos Interdisciplinares e Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Licenciado em História, pela Universidade Nova de Lisboa, e Doutorado em Economia, pela Universidad de Extremadura, a problemática da localização da atividade económica é um dos temas que tem investigado e publicado, nomeadamente, no caso da indústria corticeira e da indústria automóvel, a que agora se adiciona a da indústria do mobiliário.

Carlota Freitas (NOVA-FCSH, UNLisboa, PT)

Licenciada em História (2019) e Pós-Graduação em História Moderna e dos Descobrimentos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa. Neste momento a terminar a dissertação de Mestrado na mesma área, intitulada "A vida quotidiana no Funchal quatrocentista". Tem como interesses a história de Portugal nos séculos XV e XVI e a história económica e social, com destaque para a história da alimentação.

Carolina Bessa (UMinho, PT)

Mestranda em História pela Universidade do Minho (Portugal) e licenciada em História pelo Centro Universitário LaSalle (Brasil). Seus interesses variam entre História Social, Estudos de Género e História da Saúde. Tem experiência em investigação científica, tendo integrado o "Laboratório Universitário de Pesquisa sobre Práticas Ativas de Aprendizado" e o projeto de pesquisa "Novas Práticas de Fronteira, Migrações e Direitos Humanos" - programas no âmbito do qual publicou os

seus primeiros trabalhos académicos. Recentemente recebeu a bolsa de iniciação científica do programa "Verão com Ciência 2022" (FCT), atribuída pelo Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Desenvolveu trabalho voluntário na Braga Romana e em escavações arqueológicas do Alto da Cidade, em Braga. Recentemente, publicou um artigo intitulado "O estereótipo da loucura como instrumento de controle biopolítico sobre a mulher nos primeiros anos da República brasileira".

Catarina Monteiro (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Catarina Monteiro é licenciada em História e mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela NOVA/FCSH. Os seus interesses académicos abrangem a história de género e os estudos sobre agência, memória e representações. Participou em vários congressos como comunicante e organizadora e tem artigos publicados em revistas internacionais. É membro da Asociación Española de Jóvenes Modernistas (U. Autónoma de Madrid) e da Royal Studies Network. É membro do projecto RESISTANCE (da Universidade de Évora) e integra a comissão organizadora da VIII edição do EIJHM, a acontecer em Évora, em Junho de 2023. É doutoranda do PIUDHist e bolseira de Doutoramento do CIDEHUS, com o projecto «A 'Senhora D. Catarina': Mulheres e acção política na Europa (1550-1650)», sob a orientação da professora Mafalda Soares da Cunha (U. Évora) e do professor Fernando Bouza Álvarez (U. Complutense de Madrid). Atualmente, é investigadora visitante na Universidad Complutense de Madrid (desde Novembro de 2022).

Cecília Santos Cardoso (CITCEM-FLUPorto, PT)

Cecília Mónica Santos Cardoso é licenciada em História da Arte (2017) e Mestre em História da Arte e Cultura Visual (2019) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo realizado um estágio curricular no Núcleo de Turismo da Câmara Municipal de Gondomar neste âmbito. No presente é doutoranda em Estudos do Património pela mesma Faculdade, cujo projeto é financiado pela FCT com a referência SRFH/BD/06909/2020 e orientado pela Prof.a Doutora Ana Cristina Sousa. No seu percurso profissional tem apresentado comunicações e redigido artigos relacionados com os ofícios e técnicas tradicionais da madeira. Em 2021 contribuiu na organização da Exposição Documental "Móveis Giestas: A Memória de uma Fábrica". É ainda investigadora integrada no CITCEM e associada da Asociación para el Estudio del Mueble. Dedicar-se ao estudo nas áreas de História da Arte, Artes Aplicadas e Decorativas, Artes da Madeira, Património Material e Imaterial.

David Sonnewald (UCLouvain Saint-Louis Bruxelles, BE)

I am a 3rd-year PhD candidate in economics at UCLouvain Saint-Louis - Bruxelles, under the supervision of professors Tom Truyts and Koen Declercq. I am also a researcher at the Center for Applied Public Economics (CAPE) and a member of the Center for Research in Economics (CEREC). My research interests include labour and education economics, microsimulation modelling, and data science. As personal interests, I am also fond of behavioural economics and economic history, with a particular focus on the evolution of social inequalities. Before my PhD, I completed all my studies at Bocconi University, in Milan (BSc in Economics and Social Sciences, MSc in Economics and Management of Government and International Organizations). Since I started my PhD, I have been

working on the construction of a tax-benefit microsimulation model for Belgium. Aside, I have also been working on two other projects, which are more closely related to the field of labour economics (unemployment determinants and wage differentials).

Débora Val (UMinho, PT)

Doutoranda em História na Universidade do Minho, onde se encontra a estudar o socialismo e o anarquismo no Porto e em Lisboa no período da I República. A sua dissertação de Mestrado, sobre o movimento operário bracarense, intitula-se "A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República". Tem publicado artigos sobre o movimento operário, nomeadamente sobre as suas práticas e ideologias e sobre a sua organização.

Diogo Andrade Cardoso (CITCEM-FLUPorto, PT)

Diogo Andrade Cardoso é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Concluiu o mestrado em História, com especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Frequenta o doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com bolsa da FCT (SFRH/BD/136267/2018). É investigador do CITCEM e docente assistente convidado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Fabiano Ferramosca (FLUPorto, PT)

Licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991. Mestre em História Medieval com uma tese intitulada "O Porto Medieval e o seu Termo- segundo o Livro da Rua Nova".

Fátima Moura Ferreira (Lab2Pt-UMinho, PT)

Fátima Moura Ferreira é professora de História Contemporânea no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Diretora interina do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/UMinho) e membro da Comissão Científica do IN2Past - Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. É investigadora integrada do Grupo Espaço e Representações do Lab2PT. Os seus interesses de investigação incidem sobre os campos da História Intelectual e da História Cultural. Entre as suas publicações destaca F. M. Ferreira e P. Leal, "Re-reading the photographic archive: political imaginaries and propagandistic mis-en-scène - Braga 30"- Journal of Modern European History e "O Arquivo da Diamang intercetado por artefactos de arte contemporânea" em O Silêncio da Terra: Visualidades (pós)coloniais intercetadas pelo Arquivo Diamang (Lab2PT, 2021).

Fátima Silva (Casa de Sarmento/LAB2PT-UMinho, PT)

Licenciou-se em História, na Universidade do Minho, no ano de 2017. Na mesma instituição defendeu, em 2020, a dissertação de Mestrado em História com o título "Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)". Desde 2019, colabora com a Casa de Sarmento-Centro de Estudos do Património (Guimarães) - Unidade Diferenciada da Universidade do Minho. Neste contexto, tem contribuído para o desenvolvimento do Repositório Genealógico Nacional, um projeto

de organização e divulgação da informação dos registos paroquiais portugueses, entre os séculos XVI e XX. Em 2022, ingressou no Doutoramento em História, na Universidade do Minho, em ambiente não académico, com um projeto a desenvolver na Casa de Sarmento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O projeto apresentado tem como título "Dinâmicas demográficas e sociais na Ilha do Pico entre os séculos XVII e XX".

Filipa Ribeiro da Silva (IISH, The Netherlands)

Filipa Ribeiro da Silva is Senior Researcher at the International Institute of Social History (Amsterdam, The Netherlands). Her research interest are early modern and modern economic and social history. She has published material on Work, Labour Relations and Labour Migration in Portugal and the Portuguese empire.

Filipe Cortesão (IMT,IP/ FLUPorto, PT)

Natural e residente em Coimbra, nascido a 01/10/1987. Encontro-me a frequentar doutoramento em Filosofia na FLUP, sendo Mestre em Filosofia, no ramo Ética e Filosofia Política, também na FLUP, Mestre em Economia na FEUC e Licenciado em Economia na FEUC. Economista pela Ordem dos Economistas. Encontro-me a exercer funções de técnico superior no Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, IP). Defendidas duas dissertações de mestrado, uma primeira em Economia com o título "Segregação de Género no Mercado de Trabalho em Portugal, no período 2001 a 2011" e mais recentemente, uma segunda dissertação em Filosofia com o título "Trabalho, objeto ou condição?".

Filipe Salgado (Casa de Sarmento/CITCEM-FLUPorto, PT)

Concluiu o Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação pela Universidade do Minho em 2016. Colaborou, de 2013 a 2017, com o Grupo de História das Populações no desenvolvimento da plataforma "Repositório Genealógico Nacional", tendo realizado a sua dissertação sobre a problemática da integração e consolidação das bases de dados genealógicas deste grupo. É programador informático na "Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património" desde abril de 2018, entidade que acolhe presentemente o "Repositório Genealógico Nacional", e investigador do grupo "Populações e Saúde", do CITCEM.

Giulio Taccetti (University of Florence, IT)

Giulio Taccetti is post-doc research fellow at the University of Florence. He obtained his PhD from Scuola Superiore di Studi Storici of San Marino. In 2022 he was post-doc research fellow at the Istituto Nazionale "Ferruccio Parri". He published essays on the cultural and social history of Italy between XIX and XX Century. Among his most recent works: "From 'virtuous' to 'subhuman': representations of Italian peasants between the 1860s and the 1880s" («Labor History», 2022); "L'aristocrazia contadina' delle zone interne d'Italia alla fine del XIX secolo" (Il paesaggio delle aree interne, 2022); "The Food Policy of the Tuscan Landowners between the Great War and the Post-war Period. A Case Study of a Rural Municipality" («First World War Studies»>, 2021).

Guilherme Lambais (ICS-ULisboa, PT)

Marie Curie Postdoctoral Fellow at ICS-ULisboa. Has a doctoral degree in economics from the University of Brasilia, with a one-year period at Harvard University.

Hélder Carvalho (UManchester, UK)

Hélder Carvalho is a Post-Doctoral Research Associate at the ESRC-funded project "Measuring the Great Divergence: A study of global standards of living, 1500-1950", and a tutor at the Department of Economics of the University of Manchester. He holds an undergraduate degree in History from the University of Minho (Portugal) and a PhD in Early Modern History from the doctoral programme History: Change and Continuity in a Global World (PIUDHist, Lisbon and Évora, Portugal). His research interests include economic history, living standards and well-being, labour and gender, war and taxation, and elites and power. He has published in journals such as the Journal of Iberian and Latin American Economic History, Gender & History, and the American Journal of Human Biology.

Hugo Ribeiro da Silva (CITCEM-FLUPorto, PT)

Professor Auxiliar no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais. Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). É autor do livro *O clero catedralício português e os equilíbrios sociais do poder, 1564-1670*. (Lisboa: CEHR-UCP, 2013).

Ignacio Ezquerro Revilla (URJCarlos, ES)

PhD in Early Modern History from the Universidad Autónoma de Madrid. Contracted researcher at the Universidad Rey Juan Carlos (Margarita Salas-María Zambrano Programme financed by the Spanish Ministry of Universities with funds from the European Union-Next Generation UE). Doutorado Collaborating Researcher at the Centro de Investigação e Desenvolvimento Sobre Direito e Sociedade (CEDIS)-Universidade Nova de Lisboa. Researcher at the Instituto Universitario La Corte en Europa-Universidad Autónoma de Madrid.

Indira Leão (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Licenciou-se em 2017 em História na Universidade Nova de Lisboa e concluiu o seu mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos em 2020 na mesma instituição com a tese "Entre a transgressão e a moralidade. As Mulheres e a Inquisição no Portugal Moderno (Século XVII). Sentenças do Tribunal do Santo Ofício - Lisboa, Coimbra e Évora". Atualmente é estudante de doutoramento do PIUDHist, bolsista FCT e membro do projeto "Resistance and Rebellion in the Iberian Empires. 16th-19th centuries" (Universidade de Évora)

Inês Amorim (CITCEM-FLUPorto, PT)

I am Full Professor of the Department of History, Politics and International Studies, Faculty of Arts of the University of Porto, Portugal. Member of CITCEM, Centre of Transdisciplinary Research «Culture, Space and Memory». Research interests and writings are in economic and social history, environmental history, maritime resources exploitation (salt, fisheries), prices and credit, consumption and healthcare. Since 1999 I have participated in different network projects financed

by the Portuguese and European Scientific Foundation and local chairs (especially municipalities and ports administration) as scientific expert in interdisciplinary areas, such as maritime and fluvial resources (fisheries, salt and even agriculture). Those experiences have provided me with skills in the management and coordination of researchers from various scientific fields (History, Geography, Economy, Anthropology, Biology and Informatics) and in the relationship mainly with museums and councils, as well as with governmental institutions. <https://orcid.org/0000-0002-3649-8256>

Isa Moreira Liz (CIDEHUS-UÉvora, PT)

PhD Student in History in the Inter-university Doctoral Programme in History (PIUDHist) at the University of Évora, MA in Modern and Contemporary History from the University of Lisbon (2022) and BA in History from the Federal University of Santa Catarina (2019). Since 2022, I have been researching the female presence in the economic activities of the Portuguese overseas societies (17th-18th centuries), based on fiscal, commercial and inquisitorial records. From 2020 to 2022, I studied the enrolment of women to the visits of the Portuguese inquisition to Brazil (1591-1769), from reports of the Holy Office. During my BA, I had a scientific initiation as a fellow at the Laboratory of Gender and History Studies (LEGH/UFSC) in the projects "Políticas da emoção e do gênero em resistência à ditadura militar no Cone Sul" and "Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)" focusing on the relations between the nuns and the Catholic Church to the dictatorship.

Isabel Tiago de Oliveira (CIES-ISCTE-IULisboa, PT)

Doutorada em Sociologia-Demografia, Professora Auxiliar no ISCTE-IUL e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, tem desenvolvido investigação na área da demografia, em particular sobre fecundidade, migrações e projeções demográficas.

Jamile Silva Silveira (CEIS20-FLUCoimbra, PT)

Docente em regime de dedicação exclusiva da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VIII - Paulo Afonso, desde 2011, onde ministra aulas nos cursos de em Arqueologia, Pedagogia e Direito. Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2007) e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2010). Integra o projeto "Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no Sub-médio São Francisco (1968-1994)". É Doutoranda no Programa de História Contemporânea da da Universidade de Coimbra (UC-PT), com orientação do professor João Paulo Avelãs Nunes (UC), co-orientação do David Ekbladh (Fufts-EUA) e Antônio Luigi Negro (UFBA). Além de ser investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinar do Século XX (CEIS20) e desenvolve pesquisas sobre relação entre a História da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Tennessee Valley Authority (TVA).

Jan Lucassen (IISH, The Netherlands)

Jan Lucassen estudou História na Universidade de Leiden (licenciatura em 1970, mestrado em 1973) e obteve o seu doutoramento na Universidade de Utrecht em 1984 com a tese Migrant Labour in Europe 1600-1900. Ensinou História numa escola de formação de professores em Haia (1972-1974) e nas Universidades de Utrecht (1972-1984, 1985-1988), Hull (GB, 1984-1985) e na Free University

of Amsterdam (1990-2012). Em 1988, juntou-se ao International Institute of Social History onde, até ao ano 2000, desempenhou as funções de “Director de Investigação” e, desde então, é Senior Research Fellow e, a partir de 2012, Honorary Fellow. É o fundador a European Social Science History Conference (1996). Os seus interesses de investigação principais são a história do trabalho global de forma comparada, incluindo as migrações laborais, as corporações de artesãos e de viajantes, as relações laborais (em particular na indústria de tijolos) e a monetização dos salários. A sua investigação empírica relaciona-se, sobretudo, com a Europa e a Índia. Jan Lucassen é considerado, ao lado de Marcel van der Linden, como o fundador de abordagem Global para a História do Trabalho, já que defende que este tema seja analisado de uma perspetiva mundial para a história do trabalho e das relações laborais. Último livro publicado: Jan Lucassen, *The Story of Work: A New History of Humankind* (New Haven, Yale University Press, 2021). ISBN: 978-0-300-25679-6.

Joana Vieira Paulino (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Joana Vieira Paulino é doutorada em História, especialização em História Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa desde 2019. Foi-lhe concedida uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia para completar este grau. É mestre na mesma área desde 2013 e licenciada em História pela mesma instituição desde 2020. Atualmente, é investigadora no Instituto de História Contemporânea, onde trabalha como investigadora júnior no Laboratório de Humanidades Digitais. É editora assistente da IJHAC: International Journal of Humanities and Arts Computing. Venceu a 1ª edição do Prémio História de Cascais - Ferreira de Andrade e o 3º Prémio de Jovens Investigadores da Associação Ibérica de Demografia Histórica. Os seus interesses de investigação incluem História Social e das Mentalidades, Assistência infantil, História urbana, Humanidades digitais e Análise espacial.

João Garra (CES-FEUCoimbra, PT)

Sou mestre em Economia, pela Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), com tese final sobre o tema "Impacto do Processo de Bolonha no mercado de trabalho Português" com a orientação do Prof. Doutor Mário Centeno. Atualmente, frequento o 2º ano do Doutoramento Interdisciplinar de Economia Política, com projeto de tese aprovado e intitulado de "Política Climática e Estratégia Sindical Ibérica: entre a defesa do emprego e a transição justa". Em 2022, participei no V Encontro da Associação Portuguesa de Economia Política "Vulnerabilidades transformações sociais e económicas", na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 27 a 29 de janeiro, com a comunicação "Alterações Climáticas, Desigualdades e Neoliberalismo". No mesmo ano, fiz parte da organização de XLI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social "(In)sustentabilidades", Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 15 a 16 de julho.

João Matos (CIDEHUS-UÉvora, PT)

Licenciado em Turismo (2019), Pós-Graduado em Relações Internacionais e Estudos Europeus (2021). Mestre em História pela Universidade de Évora com a dissertação concluída em 2022 com o título "Monetização da Economia no Algarve Romano: As Cunhagens Locais na Viragem da Era" os meus

interesses enquanto investigador passam por entender o impacto social das atividades económicas mais expressivas no território português. Apesar da especialização em História Antiga, a História Económica, independentemente do período, é o que me desperta mais interesse. Futuro doutorando com projeto em desenvolvimento que abordará, uma vez mais, as questões de identidade na sua associação com atividades económicas, esta proposta de trabalho apresenta-se como um desafio devido à cronologia, mas também como um complemento no estudo da economia no Algarve.

Jorge Mano Torres (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Doutorando em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Bolseiro de Doutoramento FCT; Licenciado e Mestre em História pela Universidade do Minho.

Jorge Miguel Soares (UMinho, PT)

Jorge Miguel Soares é licenciado em História pela Universidade do Minho (2020), tendo terminado com o curso com média de 18 valores. Atualmente, encontra-se a finalizar a sua dissertação de mestrado na mesma Universidade, sobre as práticas creditícias em Braga nos finais do século XVII e inícios do século XVIII. Em 2022, foi-lhe atribuída uma bolsa de investigação da unidade do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os seus interesses de investigação prendem-se com a história social e económica e a história do direito no período moderno.

José Araújo (UMinho, PT)

José Araújo, licenciado em História pela Universidade do Minho (2020), cursa o segundo ano do mestrado em História na mesma instituição. Atualmente encontra-se a desenvolver uma dissertação de mestrado sobre a propriedade fundiária e a evolução dos prazos do Mosteiro de Santo Tirso durante o Antigo Regime. Os seus interesses de investigação incidem sobre história agrária e história da família.

José Luís dos Santos Barbosa (CHSC-UCoimbra, PT)

José Luís dos Santos Barbosa é doutorando em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo como tema de tese “O modelo de financiamento da Universidade de Coimbra (1772-1836)”. É licenciado em História (com menor em Estudos Europeus) e mestre em História Moderna pela mesma instituição e é colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Atualmente, é bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019. É autor de vários artigos, comunicações e um livro na área da História económica e financeira, História local e História das instituições.

José María García Ríos (CIDEHUS-UÉvora, PT/UCórdoba, ES)

Licenciado em História pela Universidade de Granada, especialista em Genealogia e Arquivos, Mestre em Genealogia, Arquivos e Documentos e Doutor em História Moderna pela Universidade de Córdoba (Menção Internacional e Cum Laude). Atualmente contratado Margarita Salas na Universidade de Évora, no âmbito do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência, financiado

pela União Europeia-NextGenerationEU, sob orientação da Professora Fernanda Olival. Membro integrado de um bom número de projetos, grupos e redes de excelência de reconhecido prestígio nacional e internacional. Desfrutei de vários contratos de investigação tanto em nível universitário quanto em instituições privadas. Posso um percurso curricular promissor, que me valeu diversos prémios a nível académico, docente e empresarial.

José Matos Carvalho (CBS/ISCAC-IPCoimbra, PT)

Licenciatura: Finanças (1/8/1973) no ISE, atual ISEG.

Programa de doutoramento: Reconhecimento de suficiência investigadora em Contabilidade e Auditoria (9/2/1996), parte escolar do doutoramento na Universidade Complutense (Madrid) Docente no ISCAC (Instituto Politécnico de Coimbra), desde 1975/76 (então Instituto Comercial de Coimbra) até 2011/2012, ano letivo em que se aposentou com a categoria de professor- coordenador sem agregação, na área científica de contabilidade e gestão. Alguns trabalhos relativos ao tema da comunicação:

Carvalho, José Matos (2021a) Transforming Accounting Resources into Relevant Data for Economic History Research: The Digital Editing of a 19th Century Accounting Book. 2021 pre- session World Economic History Congress - Accounting Resources for Economic and History (19th 20th centuries). Paris/online, 18 e 19 de junho.

Carvalho, José Matos (2021b) Uma edição digital do livro de receitas e despesas da Câmara Municipal de Mortágua (1850-1873). XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria.

Carvalho, José Matos (2022) O impacto da edição digital de livros de contabilidade na qualidade da investigação da história económica: Primeiros passos de um megaprojeto. XLI Encontro da APHES. Coimbra. Julho.

Kleoniki Alexopoulou (Panteion University, Athens, GR)

Adjunct Lecturer in Modern European History & History of Colonialism at the department of Political Science and History, Panteion University; and Academic Fellow at the Research Centre for the Humanities (Athens, Greece). She has completed a postdoc study on the welfare state reforms in Portugal and Greece (1990-2020), under the supervision of Prof L. Amaral at Nova University of Lisbon. In 2020 she completed a postdoc study on numeracy in Ottoman Anatolia / Turkey and Greece (19th-20th century) as well as in pre-colonial Africa (14th-19th century), under the supervision of Prof J. Baten, at the University of Tübingen. In 2018 she received her PhD on colonial states and fiscal regimes in Portuguese Africa (1850-1975), under the supervision of Prof E.H.P. Frankema and Prof E. van Nederveen Meerkerk, at the University of Wageningen. In 2017 she was a visiting scholar at the Centre for Historical and Political Studies on Africa and the Middle East at the University of Bologna. She has participated in ERC, NWO and FCT-funded research projects. She has given presentations at international conferences and published articles in peer- reviewed journals (International Review of Social History, European Review of Economic History) and collective volumes (Cambridge University Press, Routledge). Her postgraduate studies were in Political Science and Sociology at University of Athens (MA, 2009); and in International Development at Utrecht University (MSc, 2011).

Lara Tavares (CAAP-ISCSP/ULisboa, PT)

Lara Patrício Tavares is an Assistant Professor at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, where she coordinates the ULisboa PhD in Population Sciences. She is a researcher at the Centre for Administration and Public Policies (CAPP), where she coordinates two research lines, one of them on Population and Mobility. Lara is also in the board of the Portuguese Association of Demography.

She is a social scientist with a background in Economics - BA and MA at the Universidade Nova de Lisboa and a PhD at the Institute for Social and Economic Research, University of Essex (UK). Her research interests focus on the areas of population economics and social demography. Her work has been published in several scientific journals such as Population and Development Review, European Journal of Population and Social Science Research, for example, and she counts more than 750 citations in Google Scholar.

Lélio Luiz de Oliveira (USP, BR)

Doutor em História econômica pela FFLCH-USP-Brasil, membro do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEARP - da Universidade de São Paulo - SP - Brasil. Realizou estágio de pesquisa junto ao CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar, sediado na FLUP - Universidade do Porto - Portugal, pesquisa sobre "Mercantilismo português: entre investimentos e imobilizações (Vila do Conde (1560-1620)". Foi Vice-Diretor do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Base Avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, conta com sítio arqueológico aberto à visitação. Período: 2018-2021. Autor de dois livros, entre eles. "Viver em Lisboa - Século XVI. 1a. ed. São Paulo: Alameda, 2015. 123p." Autor de artigos acadêmicos e capítulos de livros sobre a cafeicultura brasileira, demografia econômica e a economia colonial, atualmente com foco principal na produção e comercialização do açúcar entre Brasil e Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH- USP. Endereço Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2649208466349504>

Leonardo Aboim Pires (ICS-ULisboa/CEIS20-UCoimbra, PT)

Licenciado em História (2015) e Mestre em História Contemporânea (2018) pela NOVA FCSH. Atualmente, é doutorando em Ciências da Sustentabilidade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com uma bolsa da FCT (2020.06506.BD), além de investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra. É membro da equipa do projeto ReSEED - Rescuing seed's heritage, financiado pelo European Research Council. A sua investigação incide na história económica e das instituições, na história da agricultura contemporânea e do corporativismo salazarista. Colaborou em obras coletivas como Portugal Multilateral (Almedina, 2021) e História Global da Alimentação Portuguesa (Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2023). Publicou em várias revistas nacionais e estrangeiras como Ler História, Historia Agraria e Revista Portuguesa de História.

Leonor Salguinho Ferreira (CHSC-FLUCoimbra, PT)

Nascida em Coimbra, licenciou-se em História com menor em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2021. Nesse mesmo ano ingressou no Mestrado em História, ramo de Época Moderna na mesma instituição. Foi bolseira do projeto da FCT "Verão com Ciência 2021", ano em que se tornou investigadora colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Libânia Pinto (Lab2Pt-UMinho, PT)

Libânia Pinto é licenciada em História pela Universidade do Minho (2022) e estudante do Mestrado em História na mesma instituição. Presentemente, é bolseira de investigação no âmbito do projeto "Arquivo Histórico da Diamang: cruzamentos entre o acervo fotográfico e outros registos documentais da Empresa de Diamantes de Angola (1917-1974)", referência Lab2PT/UIDP- 04509/15, financiado pelo Laboratório de Paisagens, Património e Território, referência UIDP/04509/2020.

Lledó Ruiz Domingo (ULisboa, PT/UValencia, ES)

Lledó Ruiz Domingo is postdoctoral researcher of Late Medieval Aragonese Queenship at the University of Lisbon (Portugal) and University of Valencia (Spain). Her wider interests focus on the political activity of Aragonese consort as co-rulers and partners with their royal husbands, especially during their periods as Lieutenant, using all the King's powers and authority. She has also focused her analysis on the Queens' economic resources during the Late Middle Ages. In this sense, she has published a monograph about the patrimony, income and expenditure of the Aragonese Queens. It is titled "The Queen's Treasure" El tesoro de la Reina and published in the editorial CSIC.

Luciano Amaral (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Luciano Amaral has obtained his PhD from the European University Institute in Florence, Italy, and is Associate Professor at Nova School of Business and Economics, where he has taught different courses on modern economic history as well as modern general history. His research has been mostly dedicated to economic growth in the twentieth century, but also to banking history and the history of business groups in the same period, with particular attention to Portugal. He has published in various international publishing houses and economic history journals.

Luísa Cristina Gonçalves Fernandes (NOVA-FCSH, UNLisboa, PT)

Natural da Madeira, licenciou-se em História com menor em Línguas Modernas (Francês), na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2021. Nesse mesmo ano, ingressou no Mestrado em História com Área de Especialização em História Contemporânea, na faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Encontra-se, de momento, a desenvolver a sua dissertação de mestrado, em torno da aplicação do modelo corporativo na indústria de bordados da Madeira.

Manuel Canudo (FCSH-UNLisboa, PT)

Licenciado em História e Arqueologia pela Universidade de Évora (2018-2021) e atual mestrando em História Contemporânea na NOVA-FCSH, interessa-se pela História das Ideias e pela História Política e Social do século XX português. Na dissertação de mestrado ambiciona escrever sobre comunistas e católicos no Alentejo no período da Revolução Portuguesa (1974-1975).

Maria Cristina Sousa Gomes (GOVCOPP/DCSPT-UAveiro, PT)

Doutorada em Sociologia-Demografia, Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Investigadora da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (Govcopp), tem desenvolvido investigação na área da demografia e políticas públicas.

Maria Eugénia Mata (NOVA-SBE, Lisboa, PT)

Maria Eugénia Mata is a career Full Professor at the NOVA School of Business and Economics. She teaches Economic History, Globalization, Financial Crises, and History of Economic Analysis. Oliveira Marques Prize 2010, by the Association of Spanish and Portuguese Historical Studies. Visiting scholar, 2014, New York University; Alfred Chandler Jr. Scholar, The Harvard Business School, 2007; Visiting scholar, 2000, Brown University. She served as President of the Portuguese Economic History Society and is the author of some books and many articles in scientific journals.

<https://www.novasbe.unl.pt/en/faculty-research/faculty/faculty-detail/id/12/maria-eugenia-mata>

<http://orcid.org/0000-0003-0461-1338>

<https://scholar.google.com/citations?user=1KTLjWgAAAAJ&hl=pt-PT>

https://www.researchgate.net/profile/Maria_Mata2

Maria João Guardado Moreira (Age.Comm/IPCastelo Branco, PT)

Doutorada em Sociologia-Demografia, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e coordenadora da Unidade de Investigação Interdisciplinar - Comunidades Envelhecidas Funcionais/Age.Comm, do IPCB, tem desenvolvido investigação na área da demografia, demografia regional, envelhecimento.

Maria João Silva (CITCEM-FLUPorto, PT)

Maria João Oliveira e Silva (<https://www.cienciavita.pt/091A-86CB-E560>) é Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2010). Dedicou o seu doutoramento às áreas da Paleografia e da Diplomática, debruçando-se sobre a documentação da Sé do Porto no período medieval. Atualmente é investigadora contratada da FLUP, desenvolvendo a sua investigação no CITCEM, através de um projeto relativo à análise dos níveis de competência gráfica das comunidades marítimas do norte de Portugal (entre a Idade Média e a Época Moderna). Dedicou-se, em especial, à investigação nas áreas da Paleografia e da Diplomática Medieval e Moderna, da história da cultura escrita e da história custodial, assim como ao estudo e publicação de fontes documentais.

Maria Luís Rocha Pinto (DCSPT-UAveiro, PT)

Professora Associada Jubilada – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro (mluispinto@ua.pt). Licenciada em Economia pelo ISEG, UTL, Mestre em Demografia Histórica e Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Doutorada em Sociologia, especialidade Demografia, pela UNL. Integrou a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. Fez carreira técnica em diversos organismos públicos de 1970 a 1980. Docente da FCSH da UNL de 1980 a 2001. Integrou a Universidade de Aveiro desde esse ano. Sócia fundadora e primeira presidente do Conselho Geral do SNESup. Paralelamente à carreira académica foi Subdiretora-geral do Ensino Superior de 1996 a final de 1999. Integrou em 2000 a equipa que assegurou na área da Educação a presidência da União Europeia de 2000. Foi adjunta do Secretário de Estado do Ensino Superior no XIV Governo constitucional. Lecionou e investigou na área da demografia e das políticas sociais e de população.

Maria Luísa Colen (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, PT)

Luísa Colen é licenciada em História, variante de História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1989) e especializou-se em Ciências Documentais - Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1992). Exerce a sua atividade profissional como técnica superior de Arquivo na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1989, encontrando-se presentemente a dar apoio à Direção de Cultura da Santa Casa (desde 2013). As suas áreas de interesse estão relacionadas com a História da Assistência, nomeadamente com órfãos e crianças abandonadas, mas também com a História e assistência das Irmandades e Confrarias. Nestes âmbitos já realizou algumas comunicações em encontros científicos e possui artigos publicados. Tem ainda coordenado e apoiado, como voluntária, projetos de recuperação, tratamento, descrição e organização de acervos documentais de várias Igrejas de Lisboa, alguns destes financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Mariana Meneses Muñoz (CHAM-NOVA-FCSH-Lisboa, PT)

Colombian historian, PhD candidate in early modern history at Universidade Nova de Lisboa, FCT scholarship holder, Researcher at CHAM. Member of MSCA-RISE "Resistance and Rebellion in the Iberian Empires. 16th-19th centuries", her work focuses on everyday moral and juridical speeches, representations, and behavior of non elite people in Iberian colonial contexts during the 16th and 17th centuries.

Milene Anjos (CITCEM-FLUPorto, PT)

Milene dos Anjos licenciada em História com mestrado em História (na área de Demografia Histórica pela Universidade do Minho. Foi bolsreira de investigação do CITCEM onde desenvolveu competências no âmbito da demografia histórica. Atualmente encontra-se a desenvolver o projeto de doutoramento «Padrões de migração nos séculos XVIII e XIX. Famílias em movimento, demografia, economia e sociedade no concelho de Fafe», na universidade do Porto e no CITCEM. Beneficia de

uma bolsa de doutoramento atribuída pela FCT, financiada pelo orçamento português e pelo orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (ref. 2021.05346.BD).

Natalia Starostina (Oklahoma City University, USA)

Dr. Natalia Starostina is an Associate Professor of History at Oklahoma City University; her Ph.D. is from Emory University (Atlanta) in 2007. Natalia has published more than twenty-five articles in *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, *Revue Diasporas*, *Revue Migrations*, *Proceedings of the Western Society for French History*, *Review d'histoire des chemins de fer*, *Southeast Review of Asian Studies*, *Dialectical Anthropology*, and other editions in English and French. Natalia recently gave invited talks at the Georgia Institute of Technology, the National Railway Museum in York (United Kingdom), Osaka and Nanzan Universities (Japan). Natalia is Georgia's Teaching Fellow and have received three all-university awards for exemplary teaching at OCU and Young Harris College.

Nuno Luís Madureira (ISCTE-IULisboa, PT)

Professor at Lisbon University Institute, Nuno Luis Madureira works currently in the areas of economic history, contemporary history of energy and environmental history. Visiting scholar at University of Harvard and visiting scholar at University of Berkeley, USA; member of the permanent pool of referees of the European Science Foundation (2006-2013) and of the College of Reviewers of the European Science Foundation (2016-2023). Consultant of the NWO -Netherlands Organization for Scientific Research. Member of ISCTE's General Board. Coordinator of several collective research projects. Author of thirteen Books, the last of which, "Key concepts in energy: technology, economy and History", Springer, was published in 2014. Author of academic articles published in the following journals: *Frontiers in Energy Research*; *Energy Policy*; *Environment and History*; *Technology & Culture*; *Business History*; *Business History Review*; *Journal of the Philosophy of History*; *Journal of Global History*; *Revista Brasileira de Política Internacional*; *Contemporary European History*; *European Review of History- Revue Européenne d'Histoire*; *Journal of Contemporary History*; *Política y Sociedad* and *LLul*. Short articles can also be found in several International Encyclopedias and web sites. N.L. Madureira speaks fluently French and English.

Nuno Palma (UManchester, UK/ICS-ULisboa, PT/CEPR)

Nuno Palma is a Senior Lecturer (Associate Professor) at the Department of Economics of the University of Manchester, a Research Fellow at ICS, University of Lisbon, and a Research Affiliate at CEPR, London. He holds an undergraduate degree from the University of Lisbon and MSc and PhD degrees from the London School of Economics. His research interests include economic history, development and growth, macroeconomics and monetary economics, and political economy. He has published in journals such as *The Review of Economic Studies* and *The Journal of Economic History*. He has been the recipient of several international awards, including the inaugural Stiglitz Award given by the International Economic Association.

Patrícia Costa (GHES/CSG-ISEG/ULisboa, PT)

Patrícia Costa é Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (refa: SFRH/BPD/116295/2016, bolsa comparticipada pelo Programa Operacional Capital Humano/Fundo Social Europeu e por Fundos Nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). O seu projeto de Pós-Doutoramento intitula-se: «Dinâmicas de Poder e Finanças Municipais: o caso de Lisboa numa visão comparativa (século XVIII)». Investigadora do Gabinete de História Económica e Social/CSG-Investigação em Ciências Sociais e Gestão da Lisbon School of Economics & Management da Universidade de Lisboa (ISEG-UL). Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Licenciada em História, Mestre em Estudos Locais e Regionais e Doutorada em História pela FLUP. Principais áreas de investigação: História Moderna; História das Instituições; História Local; História da Administração Pública; Finanças municipais.

Paulo Cesar Gonçalves (UNESP, São Paulo, BR)

Mestre e Doutor em História Económica (USP), Pós-Doutorado (Cátedra Jaime Cortesão/USP) e Professor Livre-Docente em História Contemporânea (UNESP). É Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Foi Editor-chefe (2018-2020) do periódico História (São Paulo). Publicou Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo, Alameda/Fapesp, 2012 e Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul, Humanitas, 2006. Atualmente, pesquisa a relação entre movimentos migratórios e mundos do trabalho no espaço colonial português do século XIX, com ênfase no tráfico de trabalhadores sob contrato no Índico e no Atlântico.

Paulo Teodoro de Matos (APHES, ISCTE-IULisboa, PT)

Paulo Teodoro de Matos is an historian and holds a PhD in Historical Demography. Since 2019 he is Assistant Professor at Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Department of History. His main research activities are related to Historical Demography, Social History and History of the Portuguese Expansion. Recently he has been also interested in studying prices and wages in the Portuguese Indic Ocean, 1500-1650. He is the PI of the international research project “Counting Colonial Populations. Demography and the uses of statistic in the Portuguese empire, 1776-1875”. He is President of Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), acting editor of Revista de Demografía Histórica (Spain) and editorial board member of History of the Family (The Netherlands). His latest publication (together with Jelmer Vos) is The Demography of Slavery in the Coffee Districts of Angola, 1800-1870, Journal of African History DOI: <https://dx.doi.org/10.1017/S0021853721000396>

Paulo Vasconcelos (CITCEM-FLUPorto, PT)

Licenciado e mestre em História pela FLUP, é, desde março de 2022, investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória. Atualmente, é Doutorando em História na FLUP e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (UI/BD/152807/2022), encontrando-se

a desenvolver o projeto com apoio da FCT: Floresta, Economia e Sociedade: o caso do eucaliptal e os novos desafios ambientais (sécs. XIX-XX). Tem como principais interesses de investigação, a História Ambiental, a criação de áreas protegidas, as políticas industriais e florestais.

Pedro Borges (DINÂMIA'CET-ISCTE-IULisboa | Ceis20-UCoimbra, PT)

Pedro Namorado Borges é arquitecto e investigador do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE- IUL), no Centro de Estudos Socioeconómicos e Territoriais e no Centro de Estudos Interdisciplinares (UCoimbra), e foi investigador visitante (2022) na UC Berkeley [US]. Actualmente prepara um doutoramento em Planeamento Regional, Urbanismo e Arquitectura sobre os impactos das políticas públicas de habitação no meio rural financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), tendo sido bolseiro da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) durante a investigação na UC Berkeley. Licenciou-se em Arquitectura (2007) pela FAULisboa [PT], onde também concluiu o Mestrado em Arquitectura (2019), sobre o discurso de Vítor Figueiredo e os projectos de habitação social. Neste período obteve bolsas como aluno visitante (2005) na TUBerlin [DE] e aluno de investigação (2007) na Utokyo [JP], trabalhou em projectos de arquitectura para a modernização de edifícios educativos, concluiu uma pós-graduação em Planeamento do Território, co-editou um livro de arquitetura e participou em vários projetos como investigador.

Pedro Cruz (UMinho, PT)

Licenciou-se em História na Universidade do Minho. Encontra-se atualmente a finalizar a dissertação de Mestrado na mesma Universidade, um estudo incidente sobre as leis pragmáticas em Portugal.

Pedro Mota Tavares (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, Lisboa, PT)

Pedro Mota Tavares é doutorando em História, na especialidade em História Contemporânea, e mestre em História e Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde 2019. Investigador integrado no Instituto de História Contemporânea desde 2021, no grupo de investigação História da Ciência, da Tecnologia e do Ambiente, tem como principais interesses de investigação o estudo dos recursos naturais na evolução da paisagem nos séculos XVIII e XIX, visando sobretudo a área de fronteira em Trás-os-Montes, no norte de Portugal. Trabalha com metodologias de reconstrução e leitura das alterações provocadas na paisagem, tendo por base a perspetiva comparativa com Espanha. Desde 2020, participa como colaborador externo no projeto de investigação multidisciplinar "COMON: Analyse des «communaux» en territoire de montagne", coordenado por Jean-François Joye (CDPPOC - Faculté de Droit de Chambéry) e financiado pela Fondation Université Savoie Mont Blanc

Pedro Urbano (IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST, UNLisboa, PT)

Investigador doutorado integrado no IHC — NOVA FCSH / IN2PAST e sócio da APHES. O seu principal tema de investigação é a aristocracia portuguesa do século XIX, sobretudo numa perspectiva de género. Actualmente desenvolve o projecto CEEC "Women (e)go: nineteenth century Portuguese female self-writing", que pretende identificar a produção textual feminina em arquivos de família. Recentemente publicou os Diários da Marquesa de Fronteira

(2022); "Entre donas e damas: a família feminina na formação da Casa da Rainha D. Maria II", Braga, I., Braga, P. (ed.), Rainhas, Princesas e Infantas: Quotidiano, ritos e cerimónias na Península Ibérica (séculos XVI-XX), (2022) e "Educando uma Rainha Constitucionalista: redes em conflito em torno de Leonor da Câmara, Martos, M. (ed.), Redes y escritoras ibéricas en la esfera cultural de la primera Edad Moderna (2021).

Renato Leite Marcondes (USP, BR)

Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo - USP. Docente Livre-Docente do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEARP, da Universidade de São Paulo - USP. Atuou em dois mandatos como Chefe de Departamento na referida Faculdade. Autor de livros, entre eles "Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870". 1. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2009. v. 1. 232p. e "A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: Vale do Paraíba (Século XIX)". 1a. ed. Lorena: Stiliano, 1998. v. 1. 336p. Autor de artigo acadêmicos sobre economia cafeeira, escravidão, demografia econômica e economia colonial, atualmente com foco principal na produção e comercialização do açúcar entre Brasil e Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em economia da FEARP- USP. Endereço Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/0017510939441350>

Ricardo Pessa de Oliveira (IECCPMA/CEG-UAberta, Lisboa, PT)

É licenciado em História, ramo Científico, pela Universidade do Minho (2005); Mestre em História Moderna, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2007); e Doutor em História, na especialidade de História Moderna, pela mesma instituição (2014). Investigador Auxiliar da Carreira de Investigação Científica do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, é autor de livros, capítulos de livros e de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, tendo participado em colóquios, congressos e seminários realizados em Portugal e no estrangeiro (Brasil, Espanha, França e Itália). As suas principais áreas de investigação têm sido a história da assistência, a história das misericórdias e a história religiosa. Em 2022, o seu livro *A Santa Casa da Misericórdia da Redinha (1642-1975)* obteve o Prémio Dr. João Lobo - História, atribuído pela Academia Portuguesa da História e o Prémio Júlio Fogaça, atribuído pela Academia das Ciências de Lisboa.

Roger Lee de Jesus (Leibniz University Hannover – History Department, DE)

Doutorado em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2021), é actualmente investigador de pós-doutoramento na Leibniz Universität Hannover (Alemanha), no projecto ERC 'IberLAND. Beyond Property: Law and Land in the Iberian World, 1510–1850', desenvolvendo um estudo sobre a territorialização do império português em Goa. É ainda investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e do CHAM - Centro de Humanidades da NOVA FCSH, membro fundador da Associação Ibérica de História Militar e sócio da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Desenvolve investigação na área da História do Império Português, concretamente na História Política, Militar, Social e Económica, e tem publicado diversos artigos na área, bem como co- editado as seguintes obras: 'Finanças, economia e instituições no Portugal Moderno (séculos XVI- XVIII)' (Imprensa da Universidade de

Coimbra, 2019), 'The First World Empire. Portugal, War and Military Revolution' (Routledge, 2021) e 'Atualizar a História. Uma Nova Visão sobre o Passado de Portugal' (Desassossego, 2022).

Sara Pinto (CITCEM-FLUPorto, PT)

I'm a researcher at CITCEM - U. Porto. MA and PhD (History) specialised in early modern-age maritime history and trade networks within a spatial history approach. I have concluded a post- doctoral research project on the credit practices of Porto's Misericórdia and its connections in modern age. I have published in the area of maritime history, landscape and environmental history, merchant networks, charity and poverty. Current research interests are focused on the local credit market and the role of charity houses in microcredit. I'm also engaged in environmental history research networks. (orcid.org/0000-0002-7471-0537)

Shai Srougo (University of Haifa, IL)

I am a senior lecturer in the Department of Jewish History at the University of Haifa. My studies are about the social history of Sephardic Jews from the middle and the lower classes who lived in different parts of the Mediterranean region during the 19th-20th centuries. The industrialization and secularization-both of which were integral elements of the colonialist endeavor that were exported from the West to developing areas changed the daily routine of Jewish bourgeoisies, laborers, handicraftsmen, and marginal people, and I present, from below, the struggle for the continuation of their presence and influence in different public arenas in Thessaloniki, Fès, Casablanca, and Haifa.

Sofia Vaz (UMinho, PT)

Natural de Guimarães, tem licenciatura em História pela Universidade do Minho (2009) e mestrado em Ciências da Informação e Documentação (Arquivos) pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa (2012). Atualmente é arquivista na Agência Portuguesa do Ambiente, e doutoranda em História pela Universidade do Minho.

Stéfani Hollmann (CITCEM-FLUPorto, PT)

Stéfani Hollmann é licenciada em História e possui mestrado acadêmico em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde defendeu em 2018 a dissertação de mestrado intitulada "O "Trato dos Viventes" no Rio da Prata: Traficantes de Escravos da Colônia do Sacramento em meados do século XVIII", sob orientação do Professor Doutor Fábio Kuhn. Atualmente é doutoranda pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bolsista da Fundação para Ciências e Tecnologia de Portugal com o projeto denominado de "Redes Socioeconómicas e Conexões Atlânticas. Os charqueadores no Extremo Sul da América (1780-1830).", sob orientação do Doutor Fabiano Bracht (CITCEM/FLUP) e coordenação do Professor Doutor Jonas Vargas (UFPEL). Também é colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória Tendo (CITCEM), vinculada ao grupo de investigação <<Valores de Transação/ Valores em Transição >>. Tem como área principal de investigação o período colonial e imperial brasileiro; período moderno e contemporâneo; zonas de fronteiras; redes sociais, transimperiais e transfronteiriças; além de redes de poder e relações político-institucionais.

Tânia Ferreira (CITCEM-FLUPorto, PT)

Tânia Ferreira, mestre em História Contemporânea pela FLUP, Técnica Superior no CITCEM Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», e colaboradora do mesmo centro no grupo de "Populações e Saúde", com interesses na área da história social e da medicina (séc. XIX-XX). É autora, ou co-autora, de artigos como, "A Gripe Espanhola em Guimarães: crise e estratégias de recuperação" (Olhares cruzados sobre a história da saúde da Idade Média à contemporaneidade (2022)); "A pelagra em Portugal. Entre carência nutritiva e intoxicação alimentar" (CEM no 13, 2021); "João de Meira e o estudo da pelagra no concelho de Guimarães" (Revista de Guimarães, no 131, 2021); e ainda de comunicações como, "Morrer na rampa para poder viver na terra. O trabalho das carquejeiras na cidade do Porto durante a primeira metade do século XX." (X Encontro CITCEM, 2022).

Yvette Santos (IHC-UNLisboa, PT)

Investigadora contratada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, defendeu a tese de doutoramento em 2014 sobre a política de emigração do Estado Novo português. A partir desta matriz científica, tem desenvolvido os seus eixos de investigação sobre a indústria da emigração, o lóbi marítimo, a emigração e a criminalidade e o retorno "forçado" em contexto de crises económicas desde os países de imigração. Algumas publicações mais recentes: "Políticas emigratórias, perceções e práticas de gestão dos regressos durante a ditadura portuguesa (1945-1974)". CIDADES, Comunidades e Territórios (2022): 98-113; Com Marta Silva. "All Hands on Deck: The Sea as an Object to Rethink Migrations. An Introduction". Revista Crítica de Ciências Sociais, 125 (2021): 101-106; "The Political Police and the Emigration Industry in Portugal During the 1930s". Journal of Migration History, 5, 3 (2019): 466-488.